

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Ingrid da Silva de Oliveira

Reestruturação Produtiva, Neoliberalismo e Sindicalismo: aproximações analíticas
sobre a organização sindical no Brasil

Juiz de Fora

2026

Ingrid da Silva de Oliveira

**Reestruturação Produtiva, Neoliberalismo e Sindicalismo: aproximações analíticas
sobre a organização sindical no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Política de
Ação do Serviço Social, como requisito
parcial para obtenção de grau de Bacharel
em Serviço Social na Faculdade de Serviço
Social da Universidade Federal de Juiz de
Fora.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Maria Lúcia Duriguetto

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Ingrid da Silva de.

Reestruturação Produtiva, Neoliberalismo e Sindicalismo : aproximações analíticas sobre a organização sindical no Brasil / Ingrid da Silva de Oliveira. -- 2026.

94 p.

Orientador: Maria Lúcia Duriguetto

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2026.

1. Classe e consciência de classe. 2. Reestruturação produtiva. 3. Neoliberalismo. 4. Organização sindical. I. Duriguetto, Maria Lúcia, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Ingrid da Silva de Oliveira
Matrícula Discente	201568032
Título do TCC	Reestruturação Produtiva, Neoliberalismo e Sindicalismo: aproximações analíticas sobre a organização sindical no Brasil
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Maria Lúcia Duriguetto
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	14/07/2026
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Dr Bruno Bruziguessi Bueno; Dr José Amilton de Almeida

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 08 de julho de 2026.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucia Duriguetto, Professor(a)**, em 14/07/2026, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3075170** e o código CRC **AE42CFE7**.

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 08 de julho de 2026.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucia Duriguetto, Professor(a)**, em 14/07/2026, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Amilton de Almeida, Professor(a)**, em 16/07/2026, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Bruziguessi Bueno, Professor(a)**, em 16/07/2026, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ingrid da Silva de Oliveira, Usuário Externo**, em 17/07/2026, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3075149** e o código CRC **2BD12D7A**.

*Pois não importa o que eu tenho
E sim o que eu possa fazer com que eu tenho
Pois eu já não sou
O que foram os meus irmãos
Pois eu nasci de um ventre livre...*

(Canção "Charles Júnior", de Jorge Ben Jor)

AGRADECIMENTOS

Minha trajetória acadêmica não foi fácil, posso afirmar que estou contrariando as estatísticas com muita força de vontade e garra. Isso não deveria acontecer com ninguém, a educação é um direito de todos, porém nem todos têm esse direito. Pensei em desistir várias vezes, é extremamente desgastante manter trabalho e estudo. Foram várias noites mal dormidas para continuar na graduação, o que muitas vezes me fez questionar se o ensino superior era mesmo para mim.

Entrar na graduação foi uma das minhas maiores conquistas, pude perceber o mundo com outros olhos. Sem o Serviço Social não entenderia as contradições da sociedade contemporânea.

Quero agradecer as pessoas que passaram e que estão presentes na minha vida que me apoiaram, me incentivaram a não desistir e concluir a graduação.

Quero agradecer também a professora e minha orientadora Maria Lúcia Duriguetto que acolheu esse trabalho com seus ensinamentos de forma comprometida, respeitando minha rotina enquanto aluna trabalhadora com tempo da minha dedicação reduzida.

Por fim, quero agradecer a mim mesma pela minha persistência, esforço e dedicação em me fazer presente numa instituição de ensino superior pública de qualidade.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de desmobilização da classe trabalhadora brasileira e seus impactos na organização sindical, a partir das transformações no mundo do trabalho decorrentes da consolidação do neoliberalismo no Brasil pós década de 1990 aos dias atuais. Busca-se compreender como as mudanças no mundo do trabalho e na esfera estatal influenciaram e vem influenciando a formação da consciência de classe, a organização sindical dos trabalhadores e o papel das entidades sindicais, em particular da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na mediação dos conflitos entre capital e trabalho. A pesquisa fundamenta-se em levantamento bibliográfico de autores clássicos e contemporâneos vinculados à tradição marxista. Dessa forma, o estudo propõe uma análise crítica das mudanças estruturais no capitalismo contemporâneo e suas implicações para a organização coletiva sindical dos trabalhadores, contribuindo para este debate no campo do Serviço Social.

Palavras chave: Classe e consciência de classe; Reestruturação produtiva; Neoliberalismo; Organização sindical.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the process of demobilization of the Brazilian working class and its impacts on union organization, based on the transformations in the world of work resulting from the consolidation of neoliberalism in Brazil from the 1990s to the present. It seeks to understand how changes in the world of work and in the state sphere have influenced and continue to influence the formation of class consciousness, workers' union organization, and the role of labor unions - particularly the Central Única dos Trabalhadores (CUT) - in mediating conflicts between capital and labor. The research is based on a literature review of classical and contemporary authors associated with the Marxist tradition. Thus, the study proposes a critical analysis of structural changes in contemporary capitalism and their implications for the collective union organization of workers, contributing to this debate in the field of Social Work.

Keywords: Class and class consciousness; Productive restructuring; Neoliberalism; Union organization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I: LUTA DE CLASSES E ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO PENSAMENTO MARXIANO E NA TRADIÇÃO MARXISTA.....	12
1.1 - Apontamentos sobre a categoria classe social.....	12
1.2 - Consciência de classe e sindicatos.....	15
CAPÍTULO II - ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E NEOLIBERALISMO: IMPACTOS NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	26
2.1 - Algumas caracterizações sobre as mudanças no mundo do trabalho.....	26
2.2 - As políticas de ajuste neoliberal no contexto nacional.....	30
2.2.1 - Impactos da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais sobre o mercado de trabalho no Brasil.....	35
2.3 - Impactos das mudanças no mundo do trabalho no âmbito da organização sindical	38
CAPÍTULO III - ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL: OS DILEMAS DA CUT NOS GOVERNOS PETISTAS.....	52
3.1 - Uma sistematização do processo de formação e organização sindical no Brasil.....	52
3.2 - O surgimento do novo sindicalismo e a questão da estrutura sindical corporativa..	64
3.3 - Do novo sindicalismo aos dilemas da Central Única dos Trabalhadores nos governos petistas.....	70
3.4 - Sindicalismo brasileiro sob alguns desafios da ação e da representação no tempo presente.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	93

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) partiu da necessidade de compreender questões que surgiram ao longo da formação acadêmica e das minhas experiências no mundo do trabalho. Na condição de estudante trabalhadora, percebo que o mundo do trabalho tem vivido dilemas que têm se acirrado nas últimas décadas. A redução significativa da participação de trabalhadores(as) em movimentos sindicais frente às ofensivas sobre os direitos conquistados nas últimas décadas foi um fator determinante para a escolha desse tema.

A partir da década de 1990, o avanço do neoliberalismo no Brasil intensificou processos postos pela reestruturação produtiva como a flexibilização das relações trabalhistas, a expansão da terceirização e o crescimento do trabalho informal. Tais transformações resultaram em mudanças profundas na organização da classe trabalhadora e no campo de atuação das entidades sindicais, implicando novos desafios para a mobilização coletiva e para a defesa dos direitos trabalhistas e sociais.

No âmbito do Serviço Social, compreender essas mudanças é fundamental, uma vez que seus efeitos incidem diretamente sobre as expressões da questão social, aprofundando desigualdades, a precarização do trabalho - aspectos centrais do cotidiano profissional. Além disso, o estudo das transformações no mundo do trabalho e na organização sindical contribuem para fortalecer a perspectiva crítica da profissão, cuja trajetória histórica se vincula à defesa da classe trabalhadora e à ampliação dos direitos sociais.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, cujo objetivo é compreender de que maneira os processos de reestruturação produtiva e a ascensão do neoliberalismo influenciaram as formas de organização e atuação da classe trabalhadora no Brasil. A escolha pela análise qualitativa justifica-se pela natureza complexa do objeto investigado, requer análise crítica, pois permite interpretar fenômenos sociais complexos, considerando suas dimensões históricas, políticas e subjetivas. A pesquisa fundamenta-se em levantamento bibliográfico, envolvendo a consulta a livros clássicos e recentes, artigos científicos, teses e dissertações.

O recorte temporal escolhido abrange o período compreendido entre 1980 aos dias atuais, período este marcado pela consolidação do neoliberalismo na política econômica brasileira, pela intensificação das formas flexíveis de organização do trabalho, pela crise de representatividade sindical e seus desafios. A seleção dos materiais seguirá critérios de relevância acadêmica, atualidade, credibilidade das fontes e pertinência ao tema.

O objetivo da escolha do tema é analisar os impactos das mudanças no mundo do trabalho, da agenda neoliberal e do ascenso dos governos petistas no executivo federal na ação e organização sindical. Para isso, foi necessário compreender, ainda que de forma incipiente, a categoria de classe trabalhadora e o processo de organização sindical em suas formulações teóricas e históricas. Com essa apreensão, nos debruçamos na realidade brasileira para nela identificar os principais fatores históricos, políticos e econômicos que contribuíram para as mudanças nos processos de mobilização e conduções políticas postas pela organização sindical, em particular, da CUT no conflito capital x trabalho.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo tem por objetivo analisar a concepção de luta de classes, da formação da classe trabalhadora, do desenvolvimento da consciência de classe e da organização sindical sob a concepção de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin e Leon Trotsky articulando essas formulações com interpretações de autores contemporâneos da tradição marxista, como Marcelo Badaró Mattos, Ricardo Antunes, Daniel Bensaïd, Asa Briggs, Huw Beynon, Paulo Agüena e Rodrigo Fernandes Ribeiro. Com base nesses estudos, pretende-se compreender a constituição histórica das classes sociais, e o processo da construção da consciência de classe, elementos fundamentais para a análise da organização sindical como instrumento de defesa dos interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, o capítulo examina o papel desempenhado pelos sindicatos no contexto da luta de classes, considerando tanto suas potencialidades quanto seus limites frente às contradições inerentes ao modo de produção capitalista, contribuindo para a compreensão das diferentes formas de organização e resistência dos trabalhadores.

O segundo capítulo tem por objetivo analisar a relação entre a acumulação flexível e o neoliberalismo, destacando seus efeitos sobre o mundo do trabalho e a organização sindical. Compreende-se a reestruturação produtiva como resposta à crise do fordismo e como marco da transição para formas flexíveis de produção e acumulação. Nesse processo, evidenciamos a intensificação da precarização, da terceirização e do desemprego estrutural e seus impactos objetivos e subjetivos, como a fragmentação da classe trabalhadora e o enfraquecimento dos vínculos coletivos. É neste processo que identificamos as mudanças no sindicalismo, em particular na CUT, que passa a assumir um caráter mais defensivo e institucionalizado diante da hegemonia das políticas neoliberais postas na década de 1990. Nos baseamos nas análises de Marcelo Badaró Mattos, Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Ma. L. Duriguetto, Armando Boito Jr. e Valéria Lopes Peçanha para a construção das reflexões aqui postas.

O terceiro capítulo se atém na atuação da Central Única dos Trabalhadores durante os dois primeiros governos petistas aos dias atuais, destacando os impasses enfrentados pela organização sindical nesse período. O capítulo também apresenta um resgate histórico da formação e organização sindical no Brasil desde o século XIX até o “novo sindicalismo”, destacando as ações da CUT e seus desafios nos governos do PT e nos dias atuais. Nos baseamos na construção deste capítulo nos estudos de Florestan Fernandes, Rodrigo Fernandes Ribeiro, Marcelo Badaró Mattos, Ricardo Antunes, Carlos Montañó e Ma. L. Duriguetto, Armando Boito Jr., Andréia Galvão e Ruy Braga.

O material bibliográfico foi organizado por categorias analíticas pré-definidas, tais como: “reestruturação produtiva”, “flexibilização do trabalho”, “neoliberalismo”, “representação sindical” e “formas de organização dos trabalhadores”. A análise se desenvolveu por meio da sistematização de investigações de conteúdo da temática posta, permitindo identificar convergências e tensões nos debates sobre sindicalismo frente às transformações impostas pelo modelo econômico neoliberal.

Por fim, este trabalho busca oferecer uma compreensão teórico-interpretativa acerca da importância da organização sindical na defesa dos direitos da classe trabalhadora, bem como analisar os mecanismos que podem limitar sua capacidade de

mobilização, representação e ação política. Pretende-se compreender como as mudanças decorrentes da reestruturação produtiva e da hegemonia neoliberal contribuíram para o enfraquecimento da ação coletiva e para a redefinição das estratégias de atuação sindical no Brasil, particularmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Enfatizamos que na segunda metade da década de 1980, os grupos sindicais mais atuantes já estavam organizados em torno da CUT. A partir dos anos 1990 a CUT passou por uma mudança estratégica na sua atuação, deixaram de priorizar greves e reivindicações, passando a formular propostas e negociar diretamente com o governo e os empresários, participando de espaços institucionais de decisão. Ou seja, a central passou por uma transição estratégica, de um modelo mais confrontacional e centrado na mobilização (greves), para um modelo mais institucionalizado e voltado à negociação e formulação de políticas públicas. De maneira geral, pode-se dizer que há uma postura de deixar de compreender os trabalhadores como uma classe social com interesses próprios e frequentemente opostos aos do capital. Essa mudança revela a incorporação, pela organização sindical, de valores associados ao neoliberalismo e à lógica empresarial. Os sindicatos passaram a atuar em conjunto com empresas e Estado em busca de interesses considerados comuns, reduzindo a capacidade de enfrentamento político dos trabalhadores, pois aceita como inevitáveis processos do neoliberalismo, como a abertura econômica, a flexibilização das leis trabalhistas e as demissões decorrentes da reestruturação produtiva (Boito Jr., 1999, p. 169-173).

Essa transição já vinha se delineando desde a década de 1990, quando a CUT passou por uma inflexão em sua atuação, inclusive em resposta aos impactos da reestruturação produtiva. No entanto, foi durante os governos petistas que esse movimento se acentuou e se consolidou, uma vez que a proximidade entre a central sindical e o governo ampliou sua inserção em instâncias de formulação de políticas públicas, reforçando seu caráter de interlocutora institucional em detrimento de uma organização centrada na mobilização direta e na pressão, como na realização de greves.

Entendemos que a organização sindical não pode ser compreendida como uma forma fixa ou historicamente encerrada, pois assume diferentes configurações ao longo

do tempo, como o "sindicalismo cidadão", incorporado pela CUT nos anos 1990, e o "sindicalismo de resultados", alinhado ao neoliberalismo e materializado na Força Sindical. Nesse sentido, ela pode assumir diferentes configurações ao longo do tempo, ampliando seu campo de atuação para além da mediação de conflitos trabalhistas imediatos. Assim, é possível pensar o sindicalismo como um espaço em constante reconfiguração, capaz de incorporar novas formas de trabalho e de fortalecer a organização coletiva da classe trabalhadora diante das mudanças nas dinâmicas produtivas e sociais, acentuando em suas lutas o caráter classista e crítico aos processos que acentuam a exploração, o apassivamento e a cooptação da classe trabalhadora.

Acreditamos que, pelo exposto no desenvolvimento dos capítulos, este estudo apresenta uma sistematização das análises sobre os impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo sobre a organização da classe trabalhadora e do sindicalismo brasileiro, tema de relevante importância para a nossa profissão.

CAPÍTULO I: LUTA DE CLASSES E ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO PENSAMENTO MARXIANO E NA TRADIÇÃO MARXISTA

Este primeiro capítulo tem por objetivo analisar a concepção de luta de classes e de organização sindical a partir das contribuições teóricas de Marx e Engels. Primeiramente, o debate tem como papel apresentar como a luta de classes é o elemento estruturante das relações sociais no modo de produção capitalista. A seguir, pretende-se realizar uma aproximação da organização sindical, na sua forma histórica, enquanto um instrumento de resistência e articulação política da classe trabalhadora, evidenciando sua relevância para a compreensão do enfrentamento das contradições do capitalismo.

1.1 - Apontamentos sobre a categoria classe social

Para dar início à investigação que objetivamos realizar, busca-se discutir e apreender as determinações centrais da categoria de classe social. No século XVIII, a expressão classe, trazida pelo autor Abade Sieyès, partia da definição de categoria de trabalho, ou seja, o termo classe era definido com base na divisão das atividades econômicas, como agricultura, indústria, comércio e serviços. Segundo Mattos (2007, p. 34), no século XIX, na França, a definição do termo classe se deu a partir das relações entre grupos fundamentados nas desigualdades como classe burguesa, classe dominante e classe trabalhadora. Mas até o fim do século, os trabalhadores entendiam o termo classe para expressar sua profissão ou ocupação.

Na Inglaterra, no século XIX, o termo classes trabalhadoras era amplamente utilizado, numa interpretação parecida com a da França, indicando uma condição social e econômica em comum, particularmente relativa aos trabalhadores pobres. A partir de 1840, segundo o historiador Asa Briggs, o termo classe ampliou-se e passou a representar não só um grupo econômico, mas também uma manifestação de um sentimento de solidariedade e oposição a outros grupos. Essa mudança demonstra o aparecimento de uma consciência de classe entre os trabalhadores, que começaram a

identificar e questionar as desigualdades de maneira coletiva (Briggs, 1960, p. 43 apud Mattos, 2007, p. 34).

O que se percebe com essa alteração na interpretação do termo classe, que se passa a configurar seu conteúdo a partir da análise da realidade social, principalmente para justificar as desigualdades econômicas e sociais na sociedade capitalista. Essa transformação expressa o momento em que os trabalhadores(as) desenvolveram a capacidade de se reconhecerem enquanto uma classe com interesses em comum em detrimento de interesses de outras classes. Foi nesse contexto que surgiram interpretações da realidade social aprofundadas por Marx e Engels a partir de 1840 (Mattos, 2007, p. 34).

Como Mattos (2007, p. 35) expõe, Marx e Engels tinham o propósito de constatar que esse processo tem uma essência notadamente política, em que os trabalhadores são os protagonistas na luta pela emancipação. Buscavam, também, relacionar as classes sociais com a divisão do trabalho na sociedade, ou seja, como essa relação explica a organização da estrutura social no capitalismo. Portanto, os trabalhadores tomando consciência de sua posição social podem desenvolver organizações que constroem um projeto político que busque uma transformação da realidade.

As análises de Marx e Engels marcaram os fundamentos da teoria sobre a dinâmica da sociedade, sobretudo da luta de classes. O termo luta de classes se consolidou como ponto central para entender a história social, revelando que a relação entre as classes sociais possibilita a compreensão tanto da organização econômica das sociedades capitalistas quanto da natureza dos conflitos sociais ao longo da história (Mattos, 2007, págs. 35-36).

Partindo da análise de Marx, classe social é uma categoria para definir algo que só existe a partir de uma relação conflitual com outras classes. No Livro I d' O Capital, a relação de classe aparece, principalmente, como um antagonismo de exploração entre o operário, que produz, e o capitalista industrial, proprietário dos meios de produção. A relação de antagonismo de classe expressa-se na divisão entre trabalho necessário (o tempo que o trabalhador precisa para produzir o equivalente ao seu próprio sustento) e trabalho excedente (o tempo cujo produto é apropriado pelo capitalista). No Livro II, a

análise é feita através do ciclo das transformações do capital, o processo econômico é descrito como uma sequência de atos de compra e venda. A exploração não é apresentada pelo tempo de trabalho, mas pela relação entre o trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho, e o capitalista. Assim, o foco se desloca para a disputa em torno da força de trabalho como mercadoria, destacando a negociação e o conflito envolvidos nessa troca. E no Livro III, a questão de classe ressurgue dentro da análise da reprodução global do sistema capitalista, ampliando a compreensão dessas relações no conjunto total da economia (Bensaid, 1999, p. 158 apud Mattos, 2007, p. 38).

Segundo Mattos (2013, p. 88-89), Ricardo Antunes propõe ampliar o conceito de classe trabalhadora, levando em consideração as transformações no mundo do trabalho que se processaram e se processam nas particularidades das formações econômico-sociais. Busca apresentar a forma atual de ser da classe trabalhadora para reafirmar sua compreensão por Marx e Engels.

Seu esforço de crítica aos que afirmaram o fim da classe (ou da validade analítica do conceito) passou pela definição de uma noção ampliada de classe trabalhadora, incluindo 'a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos', mas englobando também os trabalhadores improdutivos, de forma a incorporar, além do proletariado rural, "o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado dos Mac Donalds(...), os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas (...), os trabalhadores assalariados da chamada 'economia informal', que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural" (Antunes, 1999, p. 102-104 apud Mattos, 2013, p. 89).

Mattos (2013, p. 89) corrobora com a reflexão de Ricardo Antunes sobre a definição mais ampliada da classe trabalhadora. Seguindo os passos de Marx, que também considerava o conceito de classe de maneira mais ampla, pois reconhecia que a exploração do trabalho e a valorização do capital envolvem tanto a subordinação direta quanto a transformação das condições produtivas por meio do progresso técnico.

Fatores como a maior presença da força de trabalho empregada nos serviços, a participação paritária das mulheres no mercado de trabalho, o grande número de pessoas que vivem entre o emprego e o desemprego (e entre mercado formal e informal de trabalho, entre trabalho em tempo parcial e integral etc.) podem ser mais bem entendidos assim como elementos que, embora não possam nem devam ser desprezados, indicam não o fim, mas uma mudança no perfil da classe, uma nova etapa da sua formação (ou uma reformação), como outras que ocorreram ao longo dos últimos dois séculos da história da classe trabalhadora e de suas lutas contra o capital (Sbeynon, 1995, p. 16 apud Mattos, 2007, p. 54).

A discussão do conceito de classe no capitalismo é complexa se levarmos em consideração que as relações econômicas devem ser entendidas de forma ampliada postas pelas formas de produção, a circulação de mercadorias e a distribuição de forma desigual do produto do trabalho, ou seja, os determinantes que contribuem para a reprodução do capital. Marx e Engels reconhecem que o capitalismo, mesmo funcionando de forma contraditória, cria condições para que a classe trabalhadora perceba a situação de exploração em que vive. Essa percepção favorece o desenvolvimento de uma consciência política, permitindo que os trabalhadores compreendam seu papel na sociedade e se organizem para enfrentar as desigualdades, dando origem a processos de luta de classes (Mattos, 2013, p. 95).

No item seguinte, nos centraremos nos processos de formação dessa consciência por meio do desenvolvimento das formas organizativas de luta da classe trabalhadora.

1.2 - Consciência de classe e sindicatos

Segundo Mattos (2007, p.36), Marx e Engels, durante os anos de 1840 - a partir da compreensão de posição dos trabalhadores na sociedade posta pela sua condição material - apreendem o ponto principal para desenvolver o processo de consciência e pertencimento de classe, que se explicita nos processos da *classe em si* e *classe para si*. Esse processos de desenvolvimento de uma consciência de pertencimento de classe se referem ao fato de que, numa estrutura social organizada pela diferenciação material dominada pela lógica do capital, se desenvolve uma parcela da sociedade com as mesmas condições, sendo uma classe objetivamente existente (*classe em si*), ao

passo que essa mesma classe se torna consciente de si e de seus interesses coletivos (classe para si). Ou seja, a classe em si existe economicamente, mas não tem consciência e classe para si existe economicamente e tem consciência e ação coletiva. Este processo põe em movimento uma luta política para a defesa de interesses em comum. Como aponta Marx em seu livro “A Miséria da Filosofia”:

As condições econômicas transformam primeiro a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa é, portanto, já uma classe no que se opõe ao capital, mas não é ainda uma classe para si. Na luta, da qual nós destacamos apenas umas poucas fases, essa massa se unifica, e se constitui como uma classe para si. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política (Marx, 1847 apud Mattos, 2007, p. 36).

Para Mattos (2007, p. 36), na obra de Marx intitulada “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, há uma análise das classes sociais mais concreta e detalhada. A investigação se volta, agora, para um debate acerca da luta de classes de forma mais ampla, não mais focalizado numa simples disputa política e partidária. Identifica-se outros grupos, além da burguesia e proletariado, como os camponeses, os proprietários de terras, a pequena burguesia, o lumpemproletariado, além de camadas burocráticas e instituições como a Igreja.

Vemos que a partir dessa análise há uma construção de um cenário complexo e dinâmico, em que as relações entre esses diferentes grupos se modificam conforme as tensões que se desenvolvem no contexto revolucionário. Nesse cenário, o que se observava era que, devido ao caráter isolado do seu modo de produção, os camponeses não se articulavam. Esse era um fator que impossibilitava a formação de uma consciência coletiva e, portanto, que dificultava que se constituíssem em uma classe social. Marx conclui que os camponeses tinham as mesmas particularidades, mas não a consciência necessária para agir como um grupo social unificado.

No campo dos processos de formação da consciência de classe, assume destaque as organizações que são desenvolvidas pela classe trabalhadora para ativar aquela formação. Aqui, nos deteremos na organização sindical, objeto de nossa reflexão.

A ação sindical se configura pela relação conflitual entre trabalhadores e

proprietários dos meios de produção, essa relação se dá por meio da luta de classes e explica a teoria valor-trabalho. A lei do valor-trabalho é um ponto central para entender como ocorre a negociação entre quem detém o capital e quem vende sua força de trabalho. Ou seja, o salário pago ao trabalhador corresponde apenas ao valor necessário para sua subsistência. Além disso, o que é considerado “necessário” varia conforme fatores históricos e culturais (Marx, 2013, p. 246 apud Ribeiro, 2021, p. 168).

Segundo Marx, o valor que o trabalhador produz é mais que o necessário para a sua subsistência, e essa diferença de trabalho excedente que não é pago ao trabalhador é que nomina de mais-valia. Esse trabalho excedente é justamente o que interessa ao capitalista e representa a origem da exploração da força de trabalho (Ribeiro, 2021, p. 168).

A intervenção sindical parte desse contexto da relação dos trabalhadores e capitalistas. Os sindicatos surgiram visando a recuperação de parte do valor do trabalho excedente apropriado pelo capital. Esse processo se manifesta nas negociações de salário, melhorias nas condições de trabalho, fornecimento de equipamentos de segurança, programas de qualificação e outros benefícios que podem valorizar a força de trabalho de forma indireta. Portanto, a negociação sindical centra-se na definição do nível de exploração do trabalho assalariado. A greve é apresentada como o principal instrumento de luta dos trabalhadores, pois ao paralisar a produção, evidencia a importância do trabalho vivo na criação de mercadorias e na geração de valor (Ribeiro, 2021, p. 168).

Para Engels, a greve era o principal instrumento da classe trabalhadora para apresentar seu potencial processo de formação de uma consciência política, mas que não era o bastante para o fim do antagonismo entre as duas classes:

Essas greves são em geral pequenas escaramuças de vanguarda e, às vezes, combates mais importantes; não solucionam nada definitivamente, mas são a prova mais segura de que se aproxima o confronto decisivo entre proletariado e a burguesia. Elas são a escola de guerra na qual os operários se preparam para a grande, agora inevitável; são os pronunciamentos das distintas categorias de operários, consagrando sua adesão ao grande movimento operário (Engels, 2010, p. 258 apud Ribeiro, 2021, p. 168).

Como expusemos, a formação dos sindicatos se deu durante a ascensão do capitalismo, período de grandes reivindicações para a melhoria das condições na vida da classe trabalhadora.

No início do capitalismo industrial na Inglaterra do século XIX, com o rápido avanço tecnológico com máquinas e o uso do vapor, houve um aumento de demanda elevada por produtos e também por certos tipos de trabalho qualificado. E isso levou ao aumento dos salários em algumas profissões. Com o fim das guerras em 1815 e a normalização do comércio, instaurou-se um ciclo econômico típico do capitalismo industrial: expansão, superprodução e crise. O que levou os trabalhadores não organizados acabarem sendo submetidos a salários mínimos de sobrevivência. Ou seja, sem organização coletiva, eles permanecem vulneráveis às dinâmicas do mercado e à lógica de maximização do lucro, que tende a pressionar suas condições de vida para baixo (Engels, 2008, p. 70-71).

Engels (2008, p. 71) apresenta uma análise das relações entre capitalistas e operários no contexto do surgimento dos sindicatos na Inglaterra, especialmente após a legalização dessas organizações, em 1824. Os capitalistas já possuíam uma forma de organização natural, mesmo sem estruturas formais. Isso se deve ao fato de serem menos numerosos, pertencerem a uma mesma classe social e manterem relações frequentes entre si. Os operários, por serem numerosos e inicialmente divididos, necessitavam desde o início de uma organização estruturada e formal. Com a legalização dos sindicatos permitiu que os trabalhadores se unissem de maneira mais eficaz. Diante das organizações dos trabalhadores ocorreu uma reação negativa dos capitalistas e começaram a considerar a organização operária uma ameaça aos seus privilégios. Após décadas de luta, os sindicatos conquistaram certo grau de legitimidade, mas esse avanço é limitado. Mesmo com organização e força, os sindicatos conseguem apenas garantir que os trabalhadores recebam um valor “justo” por sua força de trabalho, sem alterar a estrutura fundamental do sistema, ou seja, sua atuação segue as ordens do capitalismo (Engels, 2008, p. 72).

É neste contexto que a relação de conflito entre trabalhadores e capitalistas, por parte do patronato (particularmente na questão da determinação dos salários), parte da concepção de que os sindicatos atuam como instrumentos de pressão da classe

trabalhadora, buscando garantir que os salários sigam determinadas leis econômicas. Há um interesse estrutural dos capitalistas em reduzir os salários ao máximo possível, para aumentar seu lucro. A lei econômica dos salários parte do pressuposto de que os salários podem diminuir diretamente fazendo com que a classe trabalhadora se adapte às condições de vida mais precárias. Essa redução também pode ocorrer de forma indireta, por meio dos mecanismos clássicos de extração do mais-valor: o mais-valor absoluto e o mais-valor relativo¹. Mesmo existindo uma lei que regula os salários, os capitalistas possuem meios de reduzi-los na prática. Isso reforça a importância da organização da classe trabalhadora, especialmente por meio dos sindicatos, como forma de resistência e defesa de seus interesses econômicos (Engels, 2008, p. 69-70).

O interesse de cada capitalista individual em aumentar seu lucro mediante a redução de salários dos operários é constantemente estimulado pela concorrência entre capitalistas de um mesmo ramo industrial. Cada um deles se esforça por vender mais barato que o outro, para colocar seu rival em dificuldades e porque, se não quer sacrificar seu lucro, deve tentar baixar os salários. Desta maneira, a pressão sobre salário médio, gerada pelo interesse próprio de cada capitalista, é duplicada pela concorrência entre estes capitalistas. O que antes era só um problema de lucro mais ou menos elevado, nessas condições torna-se uma necessidade imperativa (Engels, 2008, p. 70).

A reivindicação dos operários ingleses por melhores condições de vida, representada pela frase “um salário justo por uma jornada justa”, teve grande importância histórica no que tange o fortalecimento dos sindicatos. Mas na perspectiva da economia política, o salário e a duração do trabalho são definidos, principalmente, pelas leis do mercado. O chamado “salário justo” corresponde ao valor necessário para garantir a subsistência do trabalhador, permitindo que ele continue apto ao trabalho e à reprodução social. Portanto, a noção de “salário justo” não deve ser entendida a partir de princípios morais, mas sim a partir das condições materiais e das relações econômicas que estruturam a sociedade capitalista (Engels, 2008, p. 81-82).

¹ O primeiro não se limita simplesmente ao aumento da jornada de trabalho, mas envolve a ampliação do tempo de trabalho excedente dentro dessa jornada. Já o mais-valor relativo ocorre pela intensificação da produção, reduzindo o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e ampliando o tempo de trabalho excedente, processo que se relaciona à introdução de tecnologias capazes de reduzir o custo de reprodução da força de trabalho. Quando não há alteração da jornada, esses mecanismos podem atuar de forma mutuamente determinada, aumentando a apropriação do mais-valor sem que haja necessariamente um aumento proporcional dos salários.

Uma jornada de trabalho justa deve proporcionar ao trabalhador condições em que o trabalho deve ser suficiente para envolver suas forças físicas e mentais, porém sem comprometer sua saúde, seu descanso e sua capacidade produtiva. Ou seja, uma jornada justa é aquela que respeita os limites humanos e permite a reprodução contínua da capacidade produtiva (Engels, 2008, p. 82).

Em consequência, a transação pode ser descrita desta maneira: o operário cede ao capitalista toda a sua força de trabalho, quer dizer, tudo o que pode dar sem tornar impossível a renovação constante da transação, e obtém em troca os objetos justamente necessários - e não mais - para subsistir e recomeçar trabalho e recomeçar o trabalho todos os dias. O operário dá o máximo e o capitalista o mínimo que admite a transação. Esta é uma igualdade muito singular! (Engels, 2008, p. 82).

Embora a economia política afirme que salários e jornadas de trabalho são definidos pela livre concorrência, o que se evidencia é que essa igualdade não se sustenta na prática. O capitalista possui recursos acumulados (capital) que permite esperar por melhores oportunidades, enquanto o trabalhador depende exclusivamente do salário para sobreviver. E com o avanço tecnológico sobre o emprego, há uma substituição de trabalhadores no meio produtivo. Como resultado desse processo, forma-se um contingente de desempregados, o denominado “exército industrial de reserva”. Essa fração da classe trabalhadora possui um papel fundamental, pois sua existência constante pressiona os salários para baixo (Engels, 2008, p. 82).

Contudo, a origem do pagamento dos salários, embora pareça que o capitalista remunera o trabalhador com seu próprio capital, na verdade, o capital é trabalho acumulado. O trabalho é considerado a única fonte de riqueza, então o operário é pago com o produto do seu próprio trabalho. Pode-se concluir que há uma contradição central do sistema capitalista: aquilo que é apresentado como justo e equilibrado encobre relações marcadas por desigualdade, exploração e dependência. O capitalista se apropria da maior parte do valor produzido pelo trabalhador.

Os sindicatos exercem um papel fundamental na luta por melhores condições de vida da classe trabalhadora, lutando tanto por melhores salários quanto por jornadas de trabalho menores. Quando não há uma organização dos trabalhadores se tem pouca força e tendem a aceitar condições desfavoráveis. Ou seja, a ação sindical é vista

como um mecanismo necessário de resistência, que permite aos trabalhadores alcançar condições um pouco mais justas, ainda que sem transformar a lógica do capitalismo (Engels, 2008, p. 86-87). Para Engels (2008, p. 85-86), enquanto existir uma divisão de classes (capitalistas e trabalhadores), a exploração continuará e ações como as dos sindicatos, embora importantes, são insuficientes para alterar essa estrutura de forma efetiva.

Marx expõe os limites da ação sindical, pois ao mesmo tempo em que os sindicatos possuem um potencial significativo de transformação social, eles também enfrentam limites estruturais que restringem sua ação. Assim, se evidencia a dialética entre a força do movimento dos trabalhadores e suas barreiras concretas dentro do sistema econômico e social:

Os Sindicatos (*Trade Unions*) funcionam bem como centros de resistência contra as investidas do capital. Fracassam parcialmente por um uso não-judicioso do seu poder. Fracassam geralmente por se limitarem a uma guerra de guerrilha contra os efeitos do sistema existente, em vez de simultaneamente tentarem mudá-lo, em vez de usarem as suas forças organizadas como uma alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição última do sistema de salários (Marx, 2008, p. 90, apud Ribeiro, 2021, p. 169).

Outro ponto importante a ser destacado é a instabilidade das conquistas das organizações sindicais. As crises cíclicas do capitalismo tendem a desfazer os avanços obtidos, obrigando os trabalhadores a reiniciar continuamente suas lutas. A questão política é fundamental para que os sindicatos adotem uma postura mais radical na busca pela superação do próprio sistema de trabalho assalariado.

Reiteramos que os sindicatos atuam principalmente para regular os salários e oferecer aos trabalhadores instrumentos de defesa contra os empregadores. Ou seja, os sindicatos ajudam a melhorar as condições de vida imediatas dos trabalhadores, mas não eliminam o problema central. A luta entre os trabalhadores e capitalistas é inevitável, pois envolve interesses antagônicos. O conflito entre capital e trabalho é estrutural e que os sindicatos são uma resposta a esse conflito, ainda que de forma limitada. Esse conflito inevitavelmente se transforma em uma luta política (Engels, 2008, p. 73).

De acordo com Engels (2008, p. 75-76), as organizações sindicais precisam ampliar sua visão e atuação. A luta precisa ir além da questão econômica, o próximo momento da luta exigirá participação política. As conquistas de ordem econômica são importantes mas funcionam como meios para alcançar um objetivo mais amplo e estrutural: a superação do sistema de trabalho assalariado. Desta forma, os sindicatos devem se reorganizar para uma ação coletiva de toda a classe trabalhadora. Essa unidade fortaleceria sua capacidade de ação política e social.

A Revolução Russa de 1917 impactou o movimento operário internacional, ampliando a compreensão histórica sobre o papel dos sindicatos dentro da luta de classes. A implementação de um Estado operário trouxe novas funções para os sindicatos, que deixaram de atuar apenas como instrumentos de reivindicação e passaram a participar, também, da organização e sustentação do novo sistema político e econômico (Aguena, 2008, p. 24-25).

A revolução favoreceu a articulação internacional do proletariado revolucionário, especialmente por meio da Terceira Internacional ou Internacional Comunista (IC). Essa organização funcionou como um centro dirigente, reunindo diferentes partidos comunistas e sistematizando as experiências do marxismo em relação aos sindicatos. Com isso, foram estabelecidas orientações práticas para a atuação desses partidos em diversos países. A ideia era consolidar diretrizes fundamentais sobre o papel dos sindicatos no contexto da estratégia revolucionária (Aguena, 2009, p. 25).

Lenin critica as posições dos chamados “esquerdistas” alemães no contexto europeu pós-Revolução Russa. Ele busca extrair dessa experiência histórica princípios gerais aplicáveis à ação revolucionária, sobretudo no que diz respeito às relações entre liderança política, partido, classe trabalhadora e massas, bem como ao papel dos sindicatos na ditadura do proletariado. Traz a defesa da atuação dos revolucionários dentro dos sindicatos, mesmo quando estes são dirigidos por lideranças consideradas reacionárias ou burocráticas, pois tais organizações, mesmo estando sob influência de dirigentes oportunistas, continuam sendo vistas pelas massas trabalhadoras como instrumentos legítimos de defesa de seus interesses. Esse reconhecimento se fundamenta na observação empírica do aumento da adesão dos trabalhadores aos sindicatos naquele período. Nessa direção, a estratégia de abandonar os sindicatos é

considerada um erro, ou seja, em vez de se afastar das instituições onde as massas estão presentes, os revolucionários deveriam atuar dentro delas, disputando sua direção e buscando romper a influência das lideranças reformistas sobre os trabalhadores (Aguena, 2008, p. 25).

Após a tomada do poder pelos bolcheviques, uma discussão importante sobre qual deveria ser o papel dos sindicatos em uma sociedade socialista voltou a surgir. Essa discussão aparece em documentos da IC de 1921, que buscavam orientar os movimentos operários no mundo. Nesse contexto marcado por crise econômica, guerra civil e a implementação da Nova Política Econômica, ocorreram divergências internas no partido sobre qual deveria ser a atuação dos sindicatos. A partir disso, identificou-se uma contradição no papel dos sindicatos, sendo que eles deveriam apoiar o Estado operário, contribuindo para a organização da produção e para a formação política dos trabalhadores. E precisavam manter sua função de defesa dos interesses materiais dos trabalhadores, mesmo quando o próprio Estado não conseguia atendê-los plenamente devido às dificuldades enfrentadas. Dessa forma, os sindicatos, nesse contexto, tinham um papel duplo e tensionado: colaborar com o Estado socialista e, ao mesmo tempo, manter certa autonomia para proteger os trabalhadores (Aguena, 2008, p. 28).

O caráter de um programa político sindical de orientação revolucionária, deve ter uma ação direta dos trabalhadores como principal forma de luta, incluindo práticas como greves e mecanismos de autodefesa contra a atuação de substitutos dos chamados “fura-greves” e agentes de desestabilização dos movimentos. O programa propõe uma reorganização estrutural dos sindicatos, substituindo o modelo corporativista tradicional por sindicatos organizados por ramo industrial, sugere a criação de comitês de fábrica eleitos por todos os trabalhadores, ampliando a participação para além dos filiados aos sindicatos (Aguena, 2008, p. 29). Assim, os sindicatos, de orientação revolucionária, devem defender estratégias mais combativas dentro do sistema capitalista em que os problemas fundamentais da classe trabalhadora não podem ser resolvidos de forma plena, como ficar restrito a apenas reivindicações como aumento de salários e redução da jornada de trabalho. Diante disso, surge entre os trabalhadores a tendência de buscar soluções mais amplas, especialmente por meio do controle direto da produção industrial através dos comitês

de fábrica. A IC defende que os comunistas devem utilizar esses comitês como instrumento político para avançar na luta pelo controle da indústria. Essa estratégia deveria aproveitar as condições concretas da crise, propondo uma reorganização mais ampla da economia: “O trabalho nos comitês deveria ir no sentido de demonstrar aos operários que desorganização é de responsabilidade da burguesia. Assim, a luta pelo controle operário era parte essencial da luta pela conquista do poder” (Aguena, 2008, p. 30). O autor nos coloca um apontamento importante no que tange a diferenciação entre as funções dos sindicatos e as dos comitês. E que essa diferenciação é fruto de um processo histórico que se desenvolveu em consequência das transformações provocadas pela revolução social. Afirmo ele: Enquanto os sindicatos organizavam os operários “essencialmente” com o objetivo de lutar pelo aumento de salários e pela redução da jornada, os comitês se organizavam para o controle operário e contra a desorganização econômica (Aguena, 2008, p. 30).

Os comitês, por surgirem diretamente das ações desenvolvidas nos diferentes setores, só conseguem alcançar um nível de centralização de forma gradual. Dessa maneira, seu desenvolvimento político mais amplo ocorre lentamente. Em contrapartida, os sindicatos, embora representem um número menor de trabalhadores, já se constituem como organizações centralizadas desde sua origem, o que lhes confere maior unidade de ação. Nesse sentido, os sindicatos teriam a função de apoiar e fortalecer os comitês, contribuindo para que estes progressivamente se integrem como estruturas vinculadas à organização sindical no âmbito industrial. Os sindicatos e os comitês deveriam manter uma relação estreita com o Partido Comunista, o qual atuaria como elemento articulador, conferindo direção política a essas organizações e transformando-as em instrumentos de fortalecimento da revolução socialista (Aguena, 2008, p. 30).

Portanto, podemos ver claramente a distinção fundamental entre partido e organizações sindicais. Ao mesmo tempo que o partido desempenha um papel dirigente e consciente no processo revolucionário, os sindicatos funcionam como espaços amplos de organização da classe trabalhadora, ainda que permeados por contradições. A eficácia da ação revolucionária depende da capacidade de intervir nas estruturas reais onde as massas se encontram (Aguena, 2008, p. 25). Portanto, a luta

econômica está intrinsecamente ligada à luta política posta pela articulação entre os sindicatos e o Partido (Comunista) como forma de potencializar a ação do proletariado (Aguena, 2008, p. 29). A transformação dos sindicatos em agentes revolucionários só seria possível se eles estivessem sob a direção de um partido revolucionário, que forneceria orientação política e estratégica para essa atuação (Aguena, 2008, p. 25,29,33).

Aguena (2008, p. 32) nos traz uma análise, a partir de Trotsky, sobre o papel dos sindicatos no contexto do capitalismo imperialista. Na conjuntura caracterizada pela concentração econômica e pelo domínio dos monopólios, os sindicatos passam a enfrentar um sistema altamente centralizado, fortemente articulado com o Estado. Isso altera profundamente sua forma de atuação. A classe dominante, a fim de integrar os sindicatos ao aparelho estatal, adota um discurso de defesa de que os sindicatos devem ser politicamente neutros.

Com as condições do capitalismo monopolista, os sindicatos passam a ter dificuldade em atuar de forma independente. Diante disso, muitos sindicatos de caráter reformista acabam se adaptando ao Estado, buscando negociar com ele e obter concessões dentro dos limites do próprio sistema capitalista. Essa postura leva à formação de uma burocracia sindical, que tenta se mostrar confiável ao Estado, em vez de confrontá-lo de maneira radical. Portanto, os sindicatos tendem a perder sua autonomia e a se integrar ao Estado, o que limita sua capacidade de luta independente em defesa dos trabalhadores.

O imperialismo e a burguesia buscam dessa forma liquidar os sindicatos como organismos da luta de classes e substituí-los pela burocracia, como organismos de dominação dos trabalhadores pelo Estado burguês. Por isso, os revolucionários devem colocar entre suas primeiras palavras de ordem a independência dos sindicatos em relação ao Estado. Sob a direção dos reformistas não haverá sindicatos independentes (Aguena, 2008, p. 32).

Na atualidade, os conceitos de classe e luta de classes precisam ser resgatados, pois as mudanças que ocorreram pós década de 1970 com a ofensiva da reestruturação produtiva no mundo do trabalho e a emergência de políticas neoliberais, levaram a uma crise nas organizações de esquerda pelo mundo.

CAPÍTULO II - ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E NEOLIBERALISMO: IMPACTOS NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Neste segundo capítulo a proposta é apresentar a relação entre acumulação flexível e o neoliberalismo, evidenciando seus impactos na organização sindical. Para esse propósito, apresentaremos algumas características do processo de reestruturação produtiva e as transformações nas relações de trabalho, destacando como essas mudanças têm afetado as formas de atuação, mobilização e resistência dos sindicatos sob a égide das políticas de ajustes neoliberais. Nesse sentido, nos interessa compreender os desafios enfrentados pelo movimento sindical diante das novas dinâmicas econômicas e políticas impostas pelas políticas neoliberais.

2.1 - Algumas caracterizações sobre as mudanças no mundo do trabalho

Na primeira metade da década de 1970, o então modo de acumulação do capital entrava em crise, colocando ao fim o modelo fordista de produção. Inicia-se uma alteração na atuação do Estado, novas formas de organização do trabalho surgem e ocorre a consolidação de um novo modelo de acumulação, denominado de reestruturação produtiva, acumulação flexível ou toyotismo.

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da 'estagflação' (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (Harvey, 2009 p. 140 apud Peçanha, 2013, p. 97-98).

As transformações no mundo trabalho nas economias capitalistas surgiu em resposta à crise econômica que emergia, decretando o fim do período de prosperidade do pós-guerra. Como característica desse novo modelo de acumulação, estão a internacionalização do capital, a redução da indústria em países de industrialização avançada, com redução da participação industrial na renda nacional e no emprego, enquanto outras regiões do mundo passam por rápida industrialização, e a introdução

de novas tecnologias, que substituem mão de obra e transformam os processos produtivos. A terceirização e o desemprego estrutural reforçaram essa instabilidade e contribuíram para mudanças no perfil da classe trabalhadora (Mattos, 2009, p. 127).

Novos meios de acumulação do capital foram tomando lugar do modo de produção fordista. O novo modelo de produção capitalista toyotista (de origem japonesa) mudou os rumos da economia global. A acumulação flexível que caracteriza esse novo modelo de acumulação do capital foi a resposta para a crise de produtividade do padrão fordista, expressando a elevação dos níveis de produtividade e de acumulação (Peçanha, 2013, p. 98-99).

A acumulação flexível é instaurada por meio de práticas produtivas toyotistas, que por sua vez, se consolidam mundialmente sob a lógica de recomposição dos níveis de acumulação do capital. Segundo Alves, a configuração desse modo de acumulação se apresenta:

[...] a) pelo aumento da interação homem-máquina na busca pela qualidade da produção decorrente da auto regulação; b) pelo ajustamento da produção à demanda através do sistema just-in-time/kanban eliminando os excessos e maximizando os lucros; c) pela extensão do modelo produtivo da “produção enxuta”, a *lean manufacturing*; d) pela plena instauração do controle sócio-institucional da relação capital/trabalho, principalmente através das contrapartidas oferecidas aos trabalhadores através da estrutura de cargos e salários, da abertura dos planos de carreira e dos sistemas de diferenciações salariais; e) pelo aperfeiçoamento da cooperação na produção através do “trabalho em equipe” (Alves, 200, apud Peçanha, 2013, p. 99).

Essas práticas ocasionaram na redução do números de trabalhadores na produção, gerando um aumento considerável do desemprego estrutural. Mudanças na composição da classe trabalhadora foram observadas quando as subcontratações decorrentes da fragmentação sistêmica entre as empresas gerando “descentralização” e “externalização” do processo produtivo se tornaram o novo padrão do sistema capitalista (Peçanha, 2013, p. 100).

A implementação do modelo de acumulação toyotista representa uma nova estratégia do capital para organizar a produção, mantendo e ampliando o processo de racionalização do trabalho. Essa forma de organização combina controle capitalista com o consentimento dos trabalhadores, aproveitando de maneira planejada sua

subjetividade e participação. A transição do fordismo para a acumulação flexível se dá através da passagem de um controle apenas formal do capital sobre o trabalhador para um controle real e mais profundo. Ou seja, o capital não controla apenas as tarefas, mas também envolve e captura a subjetividade do trabalhador, ampliando o grau de exploração ao integrá-lo mais intensamente ao processo produtivo (Peçanha, 2013, p. 101).

Nesta direção, Mattos (2007, p. 50), aborda a questão da crise que se instaurou a partir da década de 1970 nas economias capitalistas após o período de prosperidade do pós-guerra. Há um aceleração da internacionalização do capital, com o destaque para o crescimento do capital financeiro especulativo, em que produz uma diminuição de indústrias e, concomitantemente, cresce o setor de serviços, a implementação de novas tecnologias para a redução do tempo de trabalho necessário, mudanças na dinâmica organizacional dentro das empresas para o aumento da produtividade, entre outras.

Essas mudanças no mundo do trabalho constituíram os fundamentos para o desenvolvimento da ofensiva neoliberal no âmbito do regime de regulação social. No que tange às políticas que foram implementadas, Mattos expõe:

Em paralelo, teve lugar uma generalização das políticas neoliberais, como complemento estatal às mudanças nas empresas. Tal avanço do neoliberalismo foi caracterizado pela retirada do Estado de setores produtivos, embora seu papel de arrecadação, controle da força de trabalho e agente regulador das taxas de câmbio, juros e do mercado financeiro continue a ser estratégico para o capital, desmentindo a idéia de um “Estado mínimo”. A face principal do neoliberalismo quando aplicado à ação estatal, entretanto, foi constituída pela redução das políticas sociais compensatórias e derrubada das garantias legais dos “direitos trabalhistas” – limites à exploração direta do trabalho pelo capital, conquistadas pelas lutas dos trabalhadores nos últimos dois séculos (Mattos, 2007, p. 50).

Essas transformações afetaram de forma considerável o mundo do trabalho, levando a classe trabalhadora a formas de trabalho precárias, como a ampliação de contratos temporários por conta das reformas trabalhistas de caráter neoliberal, o crescimento do trabalho informal, o avanço da terceirização e a ampliação das taxas de desemprego. Nesse contexto de crescente precarização das relações de trabalho,

explicita-se um aumento no número de trabalhadores, ao passo que isso não significa que há um aumento de empregos formais. As fábricas estão sendo transferidas para a periferia do capitalismo, e ao mesmo tempo, em países centrais do capitalismo, observa-se um considerável crescimento de empregos voltados para o setor de serviços. Como resultado, temos um cenário marcado por salários mais baixos, maiores índices de desemprego, redução de direitos ligados ao trabalho e crescimento da informalidade (Mattos, 2013, p. 85).

Duriguetto (2008, p. 6) aponta, também, que com o aumento da precarização e da informalidade no trabalho, reapareceram práticas de exploração que já eram comuns no passado. Entre elas, destacam-se a ampliação das horas de trabalho, a presença de crianças em atividades laborais, a desigualdade salarial entre homens e mulheres e até situações de trabalho em condições degradantes, como trabalho semi-escravo ou escravo. Esses fenômenos mostram que retrocessos nas garantias trabalhistas podem reativar formas históricas de violação de direitos.

Assim, a reestruturação produtiva, caracterizada por maior flexibilidade, terceirização e exigência de adaptação constante dos trabalhadores, enfraquece os laços coletivos, acentua a insegurança e a perda da identidade de classe. Afeta não apenas as condições objetivas de trabalho, mas também a forma como os trabalhadores percebem a si mesmos.

Vale ressaltar que o modelo japonês, na sua origem, se sustentava em uma espécie de “acordo” entre empresas e trabalhadores, isto é, havia garantias como estabilidade no emprego, possibilidade de carreira e um certo nível de segurança institucional, fazendo com que essas condições ajudassem a manter o comprometimento dos trabalhadores. Porém, a partir dos anos 1990, esse modelo passa a se apoiar mais nas dinâmicas de mercado, marcadas por instabilidade, competição e precarização do trabalho, e o comprometimento dos trabalhadores deixa de vir de benefícios concretos e passa a ser obtido por meios subjetivos. O que se tem agora é que o “consentimento” do trabalhador passa a ser produzido pelo medo, em outras palavras, a insegurança no emprego, a possibilidade constante de perda de renda e a fragilidade das condições de trabalho criam um ambiente em que o trabalhador se submete mais facilmente às exigências do capital. Desse modo, essa

nova forma de organização do trabalho molda a subjetividade dos trabalhadores, tornando-os menos propensos a questionar ou se opor ao sistema capitalista. A precarização não é apenas econômica, mas também psicológica e social, pois contribui para enfraquecer a criticidade e ações coletivas de classe (Alves, 2002, p. 82).

Diante de um precário mundo do trabalho, a consciência contingente de operários e empregados tende a caracterizar-se pelo consentimento e acomodação diante das novas condições de exploração da força de trabalho instituídas pelo capital. O toyotismo passou a exigir uma disposição anímica de operários ou de empregados, sem contrapartidas salariais ou contratuais, talvez a mera concessão de bônus de produtividade (Alves, 2002, p. 82).

2.2 - As políticas de ajuste neoliberal no contexto nacional

Como posto, a reestruturação produtiva e a mundialização do capital pós década de 1970 são forças centrais que promoverão mudanças profundas no papel do Estado. Isso significa que os governos nacionais passam a executar ajustes econômicos, sociais e institucionais — como reformas políticas, cortes de gastos ou mudanças em leis trabalhistas — para atrair empréstimos e investimentos de empresas multinacionais e do capital financeiro internacional. Esses ajustes não foram vistos apenas como escolhas estratégicas, mas como condições essenciais para que um país consiga se integrar e participar da dinâmica do capitalismo contemporâneo (Duriguetto, 2008, p. 7).

Nessa direção, uma das funções econômicas do Estado passou a ser a de garantir condições mais atrativas aos investimentos estrangeiros. Tais condições de atratividade, do ponto de vista dos investidores, incluem a segurança (previsibilidade do cenário político do país no qual ocorre o investimento), a infra-estrutura (custeada pelos Estados nacionais quando não há interesse de investimento privado - criação de subsídios e incentivos fiscais), privatização (transferência para o capital privado transnacional do controle das empresas públicas); redução e restrição do gasto público-social em políticas sociais e privatização da seguridade social; e a desregulamentação das relações de trabalho (salários e relações trabalhistas reduzidas e flexíveis) (Duriguetto, 2008, p. 8).

Durante a hegemonia do modelo fordista-keynesiano, os países capitalistas centrais adotaram um pacto social-democrata, que buscava garantir proteção social

aos trabalhadores. Essa proteção foi ampliada, em parte, porque havia pleno emprego e os trabalhadores exerciam pressão por seus direitos. A partir da crise desse modelo, ocorreram mudanças na ação do Estado. A argumentação da crise fiscal do Estado foi devido à expansão dos direitos sociais, e que se faz necessário tomar medidas regressivas, ou seja, cortes e ajustes, nos custos relacionados à reprodução da força de trabalho, direta e indiretamente, como forma de equilibrar as contas públicas (Duriguetto, 2008, p. 8).

Na realidade brasileira, as eleições de 1989, com a derrota das forças políticas mais ligadas ao movimento sindical e popular, representadas por Luiz Inácio Lula da Silva, e a vitória de Fernando Collor de Mello, ligado a setores liberal-conservadores nas eleições, abriram caminho para uma mudança no modelo econômico.

Essa mudança buscava integrar o Brasil de forma mais direta ao capitalismo global, facilitando a entrada de capitais financeiros internacionais e promovendo reformas estruturais no Estado e na economia. Mesmo com as dificuldades apresentadas, o mercado de trabalho ainda mantinha trabalhadores formais, especialmente em grandes empresas e no setor público, que possuíam direitos trabalhistas e alguma estabilidade. O que contribuiu para o fortalecimento do movimento sindical e sua capacidade de mobilização. No plano político, o período foi marcado pelo crescimento de movimentos sociais e pela tentativa de implementar reformas na Constituição de 1988 (Alves, 2002, p. 72-73).

O início da década de 1990 se apresentava com uma crise profunda, o governo de Fernando Collor de Mello implementou planos econômicos (Collor I e II) que buscavam controlar a inflação, mas acabaram provocando uma forte recessão. E, nesse período, ao mesmo tempo foram sendo adotadas medidas alinhadas ao neoliberalismo, com a reforma do Estado, especialmente por meio de privatizações. No entanto, o governo Collor não conseguiu consolidar apoio político suficiente para sustentar essas mudanças, perdendo apoio de setores importantes da elite econômica. Isso, somado a denúncias de corrupção, levou ao seu *impeachment* em 1992 (Alves, 2002, p. 74).

Na década de 1990, o baixo crescimento foi devido à inserção do Brasil de forma subordinada na economia global, alinhado à priorização da lógica do mercado e do capital, o que levou a intensificação da desigualdade social (Alves, 2002, p. 71).

O Estado brasileiro implementou políticas para modernizar a indústria. Nesse contexto, houve um forte incentivo à adoção de um modelo organizacional inspirado no chamado “toyotismo sistêmico”. Isso significa que as empresas passaram a reorganizar sua produção com foco em eficiência, qualidade e flexibilidade. Essa reorganização incluiu práticas como melhoria contínua (qualidade total), maior participação dos trabalhadores nos processos produtivos, automação, substituição de métodos produtivos e uso mais intensivo de tecnologia. Mas, após o ano de 1994, o mercado de trabalho brasileiro passou por um processo de ajuste estrutural, caracterizado pelo aumento do desemprego. Ou seja, as políticas neoliberais enfraqueceram partes da indústria nacional e a própria reestruturação produtiva, que, ao buscar maior competitividade, reduziu a necessidade de mão de obra (Alves, 2002, p. 75-76).

Segundo Alves (2002, p. 71-72), o mundo do trabalho sofreu um processo contínuo de precarização, com o aumento da insegurança no emprego, queda na qualidade dos salários e piora nas condições de trabalho, o que contribuiu, por exemplo, para o aumento dos índices da criminalidade, interpretada como reflexo da incapacidade do sistema econômico de gerar empregos dignos.

Após a saída de Collor, o governo de Itamar Franco reorganizou a economia e criou as condições para o Plano Real, que conseguiu controlar a inflação. Esse plano foi consolidado durante a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994. Portanto, esse período ficou caracterizado como uma transição de uma crise econômica para uma estabilização baseada em políticas neoliberais, com abertura comercial, privatizações e controle da inflação (Alves, 2002, p. 74). De acordo com o autor, formou-se uma ampla aliança política liberal-conservadora que permitiu consolidar uma nova forma de liderança das elites econômicas e políticas no Brasil. Essa aliança permitiu a continuidade da reestruturação do Estado ampliando as oportunidades para investimentos privados, tanto nacionais quanto estrangeiros. Porém, constatou-se que a instabilidade permaneceu. Isso significou que o crescimento não foi contínuo, mas marcado por ciclos de expansão e retração, devido às oscilações da economia

internacional. O período combinou estabilização monetária e abertura econômica com forte dependência do cenário internacional, resultando em crescimento irregular e vulnerável a crises externas. Podemos concluir, que a década de 1990, no Brasil, foi marcada por baixo crescimento econômico, aumento da desigualdade e deterioração das condições de trabalho, apesar de avanços pontuais como o controle da inflação.

É necessário lembrar que, na década de 1990, a economia mundial vivia um momento de forte expansão do capital financeiro liderado pelos Estados Unidos. Nesse contexto, com o avanço do capital internacional ligado à especulação financeira, não tivemos um aumento real da produção industrial e econômica no Brasil. A desnacionalização da economia significou uma crescente dependência do capital externo. Como resultado, o neoliberalismo promoveu integração ao mercado global e entrada de capital estrangeiro, mas ao custo de maior vulnerabilidade econômica, dependência externa e fragilidade no desenvolvimento produtivo interno (Alves, 2002, p. 75).

É nesse cenário de inserção subalterna na mundialização do capital que se acelerou o processo de reestruturação produtiva, aprofundando-se as tendências de transformação da estrutura de produção capitalista. O “choque de competitividade”, que percorreu os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, tornou-se um traço marcante da “década neoliberal”. Desde o governo Collor constituíram-se diretrizes voltadas a dar maiores níveis de eficiência operacional, produtividade e competitividade próximas dos paradigmas internacionais (Alves, 2002, p. 75).

Alves (2002, p. 76) aponta que, a partir de 1997, uma série de crises internacionais alteraram significativamente o cenário econômico brasileiro. Essas crises fragilizaram economias emergentes e comprometeram projetos de integração regional. A partir disso, foi implementada uma iniciativa impulsionada pelos Estados Unidos com o objetivo de uma integração, como estratégia do grande capital, para expandir mercados em um momento de crise de superprodução. Assim, a abertura de novos mercados seria uma forma de sustentar a lucratividade das grandes corporações, ainda que de maneira desigual para países como o Brasil. Nessa direção,

As conjunturas internas da economia e da política vinculava-se, de certo modo, à dinâmica da economia global, que no decorrer da década

apresentou, principalmente até 1997, um período de vigorosa expansão do capital financeiro, apreendido como “globalização” (ou “mundialização”). Foi nessa década que o capitalismo brasileiro buscou inserir-se na mundialização do capital, por meio de um novo modelo de crescimento e acumulação, cuja vulnerabilidade sistêmica se tornaria perceptível em meados da década, a partir da crise do México em 1995. Após 1997, com a crise asiática, da Rússia, da Coreia do Sul e, a seguir, em 2000, com o estouro lento e gradual da “bolha especulativa” de Wall Street e do índice Nasdaq, assim como a crise terminal do modelo neoliberal na Argentina, o sistema mundial do capital entraria em um período de instabilidade sistêmica e de crises financeiras (Alves, 2002, p. 73)

Mesmo diante deste cenário, houve uma leve recuperação da economia brasileira com aumento do emprego, porém essa melhora foi limitada e contraditória. Embora mais pessoas estivessem trabalhando, os salários médios caíram. Isso indica uma precarização do trabalho, marcada pelo aumento do emprego informal e pela redução da qualidade dos postos de trabalho.

Esse ciclo de crescimento da economia brasileira, nesse período, foi curto e insuficiente para melhorar de forma consistente as condições de vida dos trabalhadores, tornando evidente uma tendência de deterioração salarial e aumento da informalidade, revelando uma dinâmica “predatória” do capital. Em síntese, esse período foi um momento de inserção do Brasil na economia global sob lógica neoliberal, o que gerou um crescimento limitado, maior vulnerabilidade externa e piora nas condições do trabalho (Alves, 2002, p. 76).

A adoção de políticas neoliberais no Brasil na década de 1990 favoreceu a expansão do capital financeiro, ou seja, os ganhos estão ligados ao sistema financeiro (como lucros bancários), muitas vezes desvinculados da produção real de bens e serviços. Esse processo provocou impactos profundos sobre o mundo do trabalho, a reestruturação produtiva alterou a sociabilidade do trabalho de forma objetiva e subjetiva, o que produziu uma piora nas condições concretas de trabalho, como precarização, flexibilização e insegurança, enfraquecendo a consciência de classe, ou seja, fazendo com que os trabalhadores perdessem a capacidade de se reconhecerem como grupo com interesses comuns (Alves, 2002, p. 77).

A linha contínua de degradação do mundo do trabalho que delineamos na “década neoliberal” significa um processo estrutural de transformações da

objetividade e da subjetividade da classe trabalhadora no Brasil, em especial do setor industrial, com impactos decisivos no sindicalismo e nos movimentos sociais urbanos e rurais. É provável que os anos 1990 tenham sido um importante “elo de transição” para uma nova configuração do mundo do trabalho, de acordo com a nova dinâmica da acumulação capitalista mundial (Alves, 2002, p. 77).

2.2.1 - Impactos da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais sobre o mercado de trabalho no Brasil

Pode-se dizer que, na década de 1990, as políticas neoliberais provocaram um forte impacto no mercado de trabalho brasileiro. Políticas como a abertura econômica e o câmbio valorizado enfraqueceram a indústria nacional, desorganizaram cadeias produtivas e aumentaram o desemprego. Essas transformações aconteceram não só no âmbito nacional, mas fazem parte de um processo mais amplo de transformação do capitalismo mundial iniciado após a crise dos anos 1970².

O desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva contribuiu, de certo modo, para o aumento da produtividade da força de trabalho no Brasil (decorrente não apenas de investimentos em capital fixo, mas do incremento da taxa de mais-valia absoluta da força de trabalho – por exemplo, o aumento das horas-extra) (Alves, 2002, p. 79).

Nesse contexto, Alves (2002, p. 80) aponta que houve um aumento da produtividade, principalmente da indústria automobilística, mas não se traduziu em crescimento proporcional do emprego. Esse avanço esteve associado à modernização dos processos produtivos, com adoção de tecnologias e modelos de produção que exigem menos trabalhadores. E houve também a expansão da terceirização, que reduziu significativamente o número de trabalhadores formais. Portanto, essas transformações não afetam apenas o nível de emprego, mas também a organização social do trabalho. A fragmentação das categorias profissionais e a perda de identidade

² Cabe ressaltar que as transformações não podem ser explicadas apenas pelas políticas internas do Brasil. Elas fazem parte de um movimento mais amplo do capitalismo mundial, iniciado após a crise econômica dos anos 1970, como abordado neste capítulo, com o surgimento de um novo modelo de organização da produção, a acumulação flexível, associado a avanços tecnológicos e à globalização da economia. A influência do toyotismo passou a influenciar o Brasil, especialmente em grandes empresas integradas ao mercado global. Setores importantes, como os metalúrgicos e bancários, foram diretamente impactados por esse processo de reestruturação produtiva (ALVES, 2002, p. 78).

coletiva dos trabalhadores indicam mudanças mais profundas na estrutura e na experiência do trabalho.

Para a adoção da nova ideologia orgânica da produção capitalista, tornou-se necessária uma “reestruturação” da subjetividade da classe. Por isso, o processo de reestruturação produtiva não pode ser visto apenas em sua dimensão objetivo material, mas principalmente em seus nexos subjetivo-ideológicos. Ele tende a significar, em última instância, uma metamorfose da subjetividade da força de trabalho, seja em seus aspectos geracionais, seja em seus aspectos político-ideológicos (Alves, 2002, p. 81)³.

No Brasil, esse processo é ainda mais intenso devido às características históricas do capitalismo no país. Essa organização da produção ocorre em uma realidade social profundamente desigual, o que amplia as tensões entre eficiência produtiva e condições de vida precárias. E essa degradação atingiu também o setor público, com redução do papel do Estado, cortes de investimento, privatizações e as mudanças nas formas de contratação levaram à diminuição de empregos públicos estáveis e ao aumento de vínculos mais precários, como posto nos contratos temporários (Alves, 2002, p. 82-83).

Segundo Alves (2002, p 83), o desenvolvimento econômico, nesse período, não eliminou as formas tradicionais de exploração do trabalho, mas, ao contrário, aprofundou a desigualdade entre um segmento de trabalhadores mais integrados às novas estruturas produtivas e outro segmento submetido a condições cada vez mais precárias e instáveis. A partir dessas transformações, há a exigência de trabalhadores mais qualificados e com maior nível de escolaridade, principalmente no ramo industrial e serviços, em que precisam dominar conhecimentos técnicos mais complexos e desenvolver habilidades múltiplas. E mesmo essas novas exigências não significaram melhora nas condições de vida dos trabalhadores, pois os ganhos de produtividade obtidos com trabalhadores mais qualificados e mais produtivos não foram acompanhados por aumento proporcional dos salários reais (Alves, 2002, p. 83).

³ As mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, como as caracterizadas pela flexibilidade, pela valorização do trabalho em equipe e pela exigência de múltiplas competências dos trabalhadores, passou também a influenciar as políticas públicas, especialmente nas áreas de educação e qualificação profissional durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Sendo assim, o verdadeiro objetivo dessas transformações foi aprofundar e renovar as formas de exploração capitalista buscando extrair valor não apenas da força física, mas também da capacidade intelectual e cooperativa dos trabalhadores (ALVES, 2002, p. 81).

Nesse período também ocorreu uma expansão da terceirização, o que contribuiu para a multiplicação de relações de trabalho menos protegidas, muitas vezes sem vínculo formal e sem garantia de direitos trabalhistas. Observa-se, também, o crescimento de formas de emprego temporário e parcial, incluindo trabalho doméstico e serviços informais, que absorvem uma grande parcela da população economicamente ativa. Esse grupo, em grande parte, não possui acesso à seguridade social, como aposentadoria ou auxílio-doença, o que evidencia a ausência de proteção social ampla. Assim, o mercado de trabalho brasileiro passou por um processo de intensificação da precarização, marcado pela expansão da informalidade, da terceirização e da instabilidade (Alves, 2002, p. 84-85).

As mudanças no mundo do trabalho brasileiro na década de 1990 também trouxeram o crescimento dos trabalhadores assalariados e autônomos no setor de serviços. O crescimento da prestação de serviços está ligado à transformação da indústria, que passou a usar novas tecnologias e exigir serviços de pesquisa, manutenção, assistência técnica e logística. A terceirização, a privatização de setores como telecomunicações e o investimento em tecnologia da informação também ampliaram os postos de trabalho em serviços. A expansão do setor privado em educação e saúde, resultante do desmonte do Estado, também gerou novas oportunidades de trabalho, especialmente no chamado “terceiro setor” (ONGs e cooperativas). Dessa forma, a expansão do trabalho de serviços foi marcada tanto pela modernização tecnológica e expansão de novos setores quanto pela precarização e desigualdade (Alves, 2002, p. 87).

Esses impactos no mundo do trabalho relativos ao uso da força de trabalho foram acompanhados do enfraquecimento de suas bases de organização, principalmente no setor metalúrgico e bancário, que haviam sido importantes na resistência sindical nos anos 1980. O mundo do trabalho tornou-se mais heterogêneo e segmentado, e mesmo no setor público, em que a privatização e o desmonte das condições de trabalho foram intensos, o potencial de mobilização sindical também não conseguiu alcançar a força que tinha na década anterior. Constatou-se, assim, uma fragilidade da classe trabalhadora organizada, fazendo com que o sindicalismo

enfrentasse dificuldade para lidar com o trabalho precário, informal e fragmentado (Alves, 2002, p. 88).

A investigação apresentada evidencia as transformações no mundo do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva e a nova configuração do Estado sob o neoliberalismo. Nesse contexto, tais mudanças não ocorreram somente nesses âmbitos, mas, também, refletiram diretamente nas formas de mobilização da classe trabalhadora. Desta forma, o próximo item busca expor os impactos dessas transformações sobre a organização sindical.

2.3 - Impactos das mudanças no mundo do trabalho no âmbito da organização sindical

Neste cenário de transformações objetivas nas condições de trabalho postas pela acumulação flexível e o ascenso, após os anos 1990, das políticas de ajustes neoliberais, a dimensão política antes tematizada (a consciência política do pertencimento de classe) também é tensionada. No campo particular da mobilização sindical, se faz perceber fortes efeitos nesse processo, visto que houve uma fragmentação das organizações sindicais e a queda no número de trabalhadores sindicalizados. A desmobilização da classe trabalhadora foi tomando forma quando a reestruturação produtiva foi se legitimando. Partidos ligados à classe trabalhadora também foram perdendo força com as derrotas da União Soviética e dos governos social-democratas.

Podemos perceber que para conter mobilizações, empregaram-se comparações internacionais de produtividade e difundiram-se propostas de “trabalho participativo” - formas de cooperação entre capital e trabalho - frequentemente articuladas à ameaça de desemprego. Os partidos social-democratas/trabalhistas, e algumas organizações derivadas dos antigos partidos comunistas, foram se adaptando aos princípios do neoliberalismo. Esse movimento de acomodação foi marcado pela aceitação da ideia de que “não há alternativas”, expressão que sintetiza o alinhamento dessas organizações passando a defender a possibilidade de promover reformas sem alterar a estrutura social (Mattos, 2007, p. 50-51).

Essas transformações na dinâmica da produção e reprodução do capital, afetaram diretamente a organização dos trabalhadores ao que tange aos partidos e sindicatos, particularmente a questão da consciência de classe. Os sindicatos foram abandonando seus traços ofensivos e adotando um caráter defensivo, ou seja, se viram obrigados a lutar para manter direitos já conquistados (Antunes, 1995, p. 131).

Antunes (1995, p. 131-132) nos coloca a questão de como os sindicatos têm se apresentado nesse contexto, perdendo seu caráter de classe. Desenvolveu-se, então, um sindicalismo de participação, ou seja, a participação dos sindicatos só poderá ser possível desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem produz, a lógica da produtividade, o sentido da propriedade privada. Portanto, os constituintes que viabilizam a dinâmica da produção e reprodução do capital. Como o autor descreve, os valores que antes se orientavam pela combatividade, com fortes organizações, aos poucos foram trocados pelos valores da acomodação na órbita social-democrata.

Com essas transformações no mundo do trabalho, o sindicalismo passa a atuar dentro da ordem institucional, se distanciando dos movimentos sociais autônomos, radicais e anticapitalistas. A crescente subproletarização do trabalho, como o trabalho precário, temporário, parcial e a terceirização, torna a vida do trabalhador muito menos estável. Outra mudança que ocorre na organização do trabalho são os processos de intelectualização do trabalho industrial, ou seja, o trabalhador passa a ter cargos de supervisor no processo produtivo. Nessa configuração, a classe trabalhadora se torna mais fragmentada, heterogeneizada e complexificada (Antunes, 1995, p. 132-133).

Outra questão que foi identificada no que tange ao sindicalismo, foi a diminuição de adesão da sindicalização em vários países. Isso tornou-se possível pelo aumento de trabalhadores precarizados, o que impactou significativamente o poder dos sindicatos.

Apesar das transformações nas formas de organização do trabalho, a estrutura social revela uma marcada resistência a mudanças substantivas. Tal persistência contribui para a reprodução e legitimação das contradições inerentes ao sistema capitalista, indicando que a inovação no mundo do trabalho não conduz à superação das disparidades sociais.

[...] a velha divisão entre exploradores e explorados está longe de ter sido superada. Pelo contrário, a nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferenças de gênero etc.) não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes. É no interior das estratégias do capital para elevar a “produtividade” do trabalho – ou seja, elevar o grau de exploração – que podemos entender o esforço para diversificar as formas de extração do sobretrabalho, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores (Mattos, 2007, p. 52-53).

De fato, as organizações tradicionais como os sindicatos e partidos de esquerda enfraqueceram no que diz respeito às organizações de classe. Esse fato está sendo possível devido ao processo contínuo e ampliado de reprodução do capital, deixando as formas de exploração mais complexas. Os sindicatos ainda desempenham um papel de resistência e organização dos trabalhadores em muitos lugares, visto as greves que aconteceram na década de 1990 na Europa. As transformações na dinâmica de acumulação do capital ampliaram a compreensão das classes sociais e de seus conflitos, permanecendo possível, apesar das dificuldades, a construção de processos de luta sindical com caráter anticapitalista.

Cabe ressaltar que o poder sindical no período em que o capitalismo esteve “estável” funcionava como um dos apoios centrais desse sistema. Contudo, nesse novo contexto, eles passam a exercer um papel diferente. Em vez de atuarem principalmente como instrumentos de defesa dos trabalhadores, os sindicatos acabam sendo usados, devido à sua legitimidade jurídica na representação coletiva, para formalizar mudanças que flexibilizam as relações de trabalho, reduzem salários, alteram contratos e intensificam a exploração trabalhista. Assim, aquilo que antes era um poder sindical voltado à proteção dos trabalhadores torna-se, em muitos casos, um mecanismo que ajuda a legitimar medidas impostas pelos empregadores e pelo Estado (Peçanha, 2013, p. 101-102).

A crise do sindicalismo está na própria reestruturação produtiva que é vista como o fator estrutural que explica o enfraquecimento do sindicalismo. A perda de representatividade dos sindicatos, o enfraquecimento da prática de luta de classes e o avanço do neocorporativismo são os obstáculos que o sindicalismo têm enfrentado (Peçanha, 2013, p. 102).

O cerne essencial e determinante da crise do sindicalismo moderno no limiar do século XXI é a instauração do complexo de reestruturação produtiva, capaz de impulsionar e desenvolver o novo (e precário) mundo do trabalho. É uma crise do sindicalismo moderno que deve ser apreendida não apenas em seus aspectos socioinstitucionais, com o declínio de representação sindical (o que é salientado pelos sociólogos e economistas), mas, notadamente, em seus aspectos político-ideológicos (o surgimento de estratégias neocorporativas, de colaboração com o capital). Essas estratégias caracterizam uma crise do sindicalismo de novo tipo, de cariz estrutural (em que são postos, de modo pleno, os limites de uma práxis sócio-histórica que permanece meramente no interior da lógica mercadoria) (Alves, 2000 p. 83 apud Peçanha, 2013, p. 103).

Na realidade brasileira, temos que, na segunda metade da década de 1980, os grupos sindicais mais atuantes já estavam organizados em torno da Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁴. Mesmo correntes políticas associadas aos partidos comunistas, que inicialmente não faziam parte da central, passaram a se aproximar, principalmente diante das mudanças no cenário sindical como o surgimento do “sindicalismo de resultados”.

A partir dos anos 1990 a CUT passou por uma mudança estratégica na sua atuação, deixaram de priorizar greves e reivindicações, passando a formular propostas e negociar diretamente com o governo e os empresários, participando de espaços institucionais de decisão. Ou seja, o sindicalismo brasileiro passou por uma transição estratégica, de um modelo mais confrontacional e centrado na mobilização (greves), para um modelo mais institucionalizado e voltado à negociação e formulação de políticas públicas, em resposta a mudanças no contexto político e econômico do país (Boito Jr., 1999, p. 131).

Durante a década de 1980, a CUT possuía uma postura combativa frente ao modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro, que ela considerava favorável a grandes empresas, ao capital estrangeiro e aos grandes proprietários de terra. Além disso, não se limitou apenas ao campo econômico, tendo participação ativa na luta pela redemocratização do país. A CUT promoveu campanhas e mobilizações concretas, especialmente por meio de greves gerais. Greves realizadas entre 1983 e 1989, cresceram tanto em número de participantes quanto em abrangência territorial,

⁴ No capítulo seguinte, exporemos o desenvolvimento da CUT no âmbito do chamado “novo sindicalismo” e a atuação da central nos períodos dos governos petistas.

indicando um processo de ampliação e politização da mobilização dos trabalhadores. Inicialmente mais focadas em questões salariais, essas paralisações passaram a incorporar reivindicações mais amplas, como reforma agrária, redução da jornada de trabalho e estabilidade no emprego. No entanto, a CUT dos anos 1980 tinha um papel político relevante, que combinava ação sindical com um projeto mais amplo de transformação social (Boito Jr., 1999, p. 132-134).

Durante o processo da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, a CUT teve um papel importante contribuindo para ampliar a dimensão política do movimento sindical. Sob a análise de que a sociedade é marcada por um conflito central entre trabalhadores e grupos dominantes, buscou organizar uma frente ampla para defender os interesses populares na elaboração da Constituição⁵.

Segundo Boito Jr. (1999, p. 137), a estratégia da CUT consistia em unificar diferentes setores dos trabalhadores e levar suas reivindicações para o plano institucional, buscando garantir direitos na Constituição e influenciar a política econômica. Essa estratégia contribuiu para conquistas importantes, como direitos trabalhistas e sociais incorporados à Constituição de 1988.

A CUT, como também o Partido dos Trabalhadores, apresentava apenas um discurso genérico de simpatia pelo socialismo. A existência de tal discurso tem alguma importância na caracterização da central, na medida em que denota uma intenção de vincular-se à tradição do movimento operário internacional. Mas o conteúdo desse socialismo, bem como os meios para se chegar a ele, nunca foram definidos - a CUT e o PT faziam questão de não defini-los, argumentando que o socialismo no Brasil deveria ser (re)inventado. Acresce que o mais importante é caracterizar a central em função das tarefas que a luta política colocava na ordem do dia na década de 1980. Ora a transição socialista não se encontrava na ordem do dia no Brasil. As lutas práticas assumidas pela central naquela década - democracia, salários, reforma agrária, não-pagamento da dívida externa - e as bandeiras que ela propagou - estatização do sistema financeiro, da saúde, do transporte coletivo - configuravam um programa de transformações democrático-popular, e não um programa socialista. Mas foi, justamente, por defender um programa adequado à conjuntura que a CUT cresceu (Boito Jr., 1999, p. 138-139).

⁵ Cabe destacar, que mesmo com essas ações, a CUT não entendia o Estado como instrumento de dominação de classe e nem vinculava diretamente a luta sindical ao socialismo. Ainda assim, considerava o governo alinhado aos interesses das classes dominantes e defendia que os sindicatos deveriam atuar politicamente, indo além das demandas corporativas (Boito Jr., 1999, p. 135-136).

A CUT, ainda que tivesse o papel na defesa da organização dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho, acabou atuando principalmente dentro da estrutura sindical oficial do Estado brasileiro, o que limitou suas ações. No setor privado, os sindicatos ligados à CUT permaneceram em grande parte como sindicatos tradicionais, com pouca organização efetiva nas bases dependendo do modelo sindical estatal. Já no setor público, houve mais autonomia, pois os sindicatos surgiram fora dessa estrutura. Como resultado, a CUT combinou grandes mobilizações nacionais com uma prática sindical cotidiana fragmentada e pouco enraizada nos locais de trabalho. Isso gerou uma distância entre o discurso de organização de base e a realidade efetiva da atuação sindical (Boito Jr., 1999, p. 139-141).

A CUT abandonou a luta prática e a agitação de idéias contra o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro e não assumiu a luta e a denúncia sistemática contra a política neoliberal no seu conjunto. Se a conjuntura desfavorável ao movimento sindical impunha um recuo, ela não obrigava a deserção nessa matéria. A propaganda contra o modelo econômico pode ser feita mesmo num momento de luta defensiva e, ademais, a conjuntura longa dos anos 90, caracterizada globalmente pela ofensiva neoliberal, está marcada por momentos diferenciados que permitem ações mais ousadas do movimento sindical. Exemplo maior foi a conjuntura de crise do governo Collor, na qual, aliás, a direção da CUT em vez de colocar como centro do seu discurso a crítica à política neoliberal, satisfez-se em denunciar a política recessiva do governo e enredou-se, inclusive, no discurso moralista de defesa da “ética na política” (Boito Jr., 1999, p. 143).

Com a ascensão do neoliberalismo e a pressão pela desregulamentação das leis trabalhistas, a central propôs um “período de transição”, em 1992. Nessa fase, os direitos mínimos previstos na CLT continuariam existindo, enquanto o sistema de negociação coletiva seria ampliado gradualmente. Contudo, essa mudança apenas adiou a substituição dos direitos garantidos por lei pela negociação coletiva. Essa concepção aproximava parte do sindicalismo brasileiro da lógica neoliberal, isso porque a lógica neoliberal defende a redução da intervenção do Estado nas relações de trabalho e a valorização da “livre negociação” entre patrões e empregados. Mas sabemos que essa negociação não ocorre em condições de igualdade e que essa posição enfraqueceu a capacidade da CUT de reagir a medidas dos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Portanto, essas mudanças

reduzem o papel protetivo do Estado e transferem as garantias trabalhistas para o campo da negociação entre forças desiguais (Boito Jr., 1999, p. 154-157).

Como ideologia e como política de Estado, o neoliberalismo aponta não só para a restrição e eliminação de direitos sociais, mas também para a restrição à organização e à luta sindical. O neoliberalismo opera com a velha concepção liberal da sociedade como um agregado de indivíduos livres e iguais, e faz a apologia da liberdade de mercado, inclusive, portanto, do mercado de trabalho. Sustenta que o nível de remuneração dos trabalhadores depende das condições de mercado, e não da ação sindical ou da intervenção estatal - salvo nos setores em que se criam privilégios desfuncionais para o funcionamento da economia. O neoliberalismo é avesso à imposição de uma legislação protetiva do trabalho. O cenário ideal composto por essa ideologia, que é também um cenário utópico e reacionário nas democracias burguesas modernas, coloca, frente a frente, o trabalhador individual, sem proteção legal e sem organização coletiva, e a empresa, dentro dos mesmos parâmetros do liberalismo econômico e da infância da democracia burguesa no século XIX (Boito Jr., 1999, p. 157).

Com o avanço do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 1990, o sindicalismo deixou de priorizar uma luta coletiva e ampla pelos direitos dos trabalhadores e passou a adotar uma postura mais fragmentada, focada em negociações específicas entre sindicatos e empresas. A divisão entre os próprios trabalhadores que trabalhavam num mesmo ramo aumentou e as negociações passaram a ocorrer cada vez mais de maneira separada, empresa por empresa, enfraquecendo a unidade sindical mais ampla. Essa nova postura enfraqueceu a capacidade do movimento sindical de enfrentar as políticas neoliberais e de defender direitos sociais de forma coletiva (Boito Jr., 1999, p. 148-149). Ou seja, categorias mais organizadas e economicamente fortes teriam maior capacidade de negociação, conseguindo melhores contratos, já categorias mais frágeis e menos organizadas poderiam perder direitos ou não ter força para negociar condições favoráveis. Portanto, a negociação direta tenderia a fragmentar a luta sindical e enfraquecer a solidariedade entre diferentes setores da classe trabalhadora.

Além do que foi exposto, trabalhadores bem organizados conseguiram negociar salários, participação nos lucros e flexibilização da jornada, enquanto trabalhadores precários, com menor salário e sem organização sindical, permaneceram vulneráveis, caracterizando uma segmentação dentro da classe trabalhadora. O governo e líderes

sindicais de orientação neoliberal promoveram a flexibilização da legislação trabalhista, tentando enfraquecer a CLT e facilitar contratos temporários ou por empresa, o que reduzia a capacidade de resistência coletiva da classe trabalhadora.

Assim, para Boito Jr. (1999, p. 143-144), o sindicalismo da CUT em vez de enfrentar o modelo econômico neoliberal por meio de mobilizações de massa, greves e oposição política mais ampla, passou a adotar uma estratégia de participação nos espaços de decisão governamental, especialmente em fóruns tripartites que reuniram governo, empresários e sindicatos. Ou seja, adotaram o caráter de um “sindicalismo propositivo”, apresentando propostas que precisam ser viáveis dentro dos limites aceitos por governos e empresários. Isso implica, numa tentativa de conciliar interesses que antes eram vistos como antagônicos.

Vale ressaltar, que uma das consequências dessa mudança de postura levou à desvalorização das greves e da mobilização de massa. Antes as greves eram vistas como instrumentos centrais de luta sindical e estavam associadas à defesa de alternativas ao modelo econômico vigente. Após essa mudança na estratégia, esse tipo de ação passa a ser visto como menos eficiente, sendo até mesmo criticado dentro do próprio campo sindical (Boito Jr., 1999, p. 144)⁶.

A direção da CUT queria importar a tática do sindicalismo social-democrata europeu, mas num ambiente político muito diferente e sem dispor da força necessária. O quadro partidário brasileiro, que priva o sindicalismo de um forte braço parlamentar, a relativa debilidade organizativa do conjunto do sindicalismo brasileiro, a autonomia de movimentos de que dispõe o Executivo Federal, que pode governar por medidas provisórias, as características do capitalismo dependente, que

⁶ Nos anos 1980, a CUT possuía uma postura de enfrentamento político, as negociações no governo Sarney serviam mais como espaço de denúncia das políticas econômicas e de divulgação das reivindicações dos trabalhadores do que como uma tentativa efetiva de conciliação. Já nos anos 1990, a CUT passou a adotar uma estratégia mais moderada e conciliadora, as negociações com os governos neoliberais ganharam maior importância. As reivindicações da central giravam em torno da recuperação das perdas salariais. Um exemplo é a negociação da reforma da Previdência no governo Fernando Henrique Cardoso, em que a CUT chegou a firmar um acordo com o governo, suspendendo inclusive uma campanha de mobilização contra a reforma. Contudo, o acordo foi criticado por retirar direitos dos trabalhadores, especialmente dos mais pobres, ao substituir o critério de “tempo de serviço” pelo de “tempo de contribuição” para aposentadoria. Diante da forte oposição política e sindical, a própria direção da CUT recuou do acordo pouco antes da votação no Congresso (Boito Jr., 1999, p. 144-147). Apesar das transformações ocorridas no sindicalismo da CUT, a mesma se manteve, em certos momentos, práticas de mobilização que a posicionavam como principal oposição às políticas neoliberais para os trabalhadores urbanos sindicalizados. No final do ano de 2001, por exemplo, também fez oposição à reforma trabalhista proposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Alguns sindicatos de base da CUT, demonstraram resistência à privatização e às políticas neoliberais, como evidenciado na greve dos petroleiros de 1995.

estreitam as margens de concessão do governo, tudo isso conspirava contra a tentativa da Articulação Sindical de obter um acordo nacional. A CUT revelara ter estrutura e força suficientes para implementar uma estratégia sindical de protesto ao longo dos anos 80, mas não para comprometer os governos e os empresários com uma estratégia de negociação no plano nacional. Foi por isso que todos os governos puderam se desembaraçar da negociação sempre que julgaram conveniente. A estratégia de sindicalismo propositivo tem uma componente irrealista muito acentuada (Boito Jr., 1999, p. 147-148).

Nessa direção, é na década de 1990 que emergiu uma nova burocracia sindical na CUT - ligada à esquerda social-democrata, adotando estratégias defensivas para lidar com o neoliberalismo, buscando resistir de formas adaptadas às novas condições, embora de maneira limitada – e a criação da Força Sindical, que veremos adiante.

Desde meados dos anos 1980 são perceptíveis tendências de um sindicalismo de novo tipo que se desenvolvia, por exemplo, no seio da CUT, com o predomínio de um sindicalismo propositivo e de participação, de cariz social-democrata, ou ainda, o surgimento de uma alternativa liberalconservadora, a Força Sindical, em 1991 (Alves, 2002, p. 88).

Observa-se, assim, que o contexto político e econômico do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 marcou a transição de um sindicalismo de resistência para a elaboração de novas estratégias sindicais e políticas, adaptadas ao contexto neoliberal⁷.

Desenvolveu-se nos anos 1990 uma crise do sindicalismo no Brasil e não propriamente uma crise sindical, tendo em vista que as burocracias sindicais têm conseguido, de certo modo, preservar a estrutura sindical vigente. A crise do sindicalismo caracteriza-se não apenas pela queda na taxa de sindicalização, mas principalmente pela diminuição da eficácia da ação sindical (Alves, 2002, p. 88-89).

⁷ Segundo Boito Jr. (1999, p. 157-158), o sindicalismo se fundamenta na ideia de que os trabalhadores constituem um coletivo e que compartilham interesses comuns. Nesse sentido, as reivindicações no que tange às condições de trabalho e salários não seriam definidos apenas pelo mercado, mas também pela capacidade de organização e de ação coletiva. Um sindicalismo voltado à ampliação de direitos sociais e à intervenção do Estado - como a CUT dos anos 1980 - é apresentado como antagônico ao neoliberalismo, pois busca regulamentar o mercado de trabalho e proteger os trabalhadores por meio de normas jurídicas estatais. A estratégia da “livre contratação coletiva”, por exemplo, aproxima-se do pensamento neoliberal, pois reduz o papel do Estado, mesmo sendo uma forma de ação coletiva, ela tende a fragmentar a classe trabalhadora e a enfraquecer a regulamentação das relações de trabalho.

Diante dessas limitações, o sindicalismo manteve alguma capacidade de barganha e negociação, mas sem superar a lógica corporativa. Experimentos de resistência, como as câmaras setoriais, também revelaram tendências neocorporativas, com disputas internas entre sindicatos por recursos e protagonismo setorial, reforçando uma fragmentação da atuação sindical. Constatou-se um sindicalismo de caráter pragmático e neocorporativista, concentrando-se em negociações por setor ou empresa, em vez de mobilizações amplas de classe (Alves, 2002, p. 89-90).

Nessa direção, a CUT nos anos 1990 passou a utilizar categorias mais amplas e menos classistas. A noção de conflito entre classes sociais perde centralidade, e os interesses contraditórios entre trabalhadores e capitalistas tornam-se menos explícitos. A reestruturação produtiva, a abertura ao mercado externo, a introdução de novas tecnologias e a atração de capital estrangeiro são aceitas como processos praticamente inevitáveis⁸. A atuação sindical, nesse caso, se restringe a propor ajustes e contrapartidas sociais (como proteção ao emprego, salários e meio ambiente), sem questionar diretamente a razão dessas transformações (Boito Jr., 1999, p. 159-160).

Em 1991 surgiu a Força Sindical reunindo sindicatos pequenos e pouco atuantes politicamente, muitos deles dirigidos por lideranças antigas e conservadoras, que evitavam greves e defendiam acordos com empresários e governo. Os dirigentes tinham mais interesse em manter suas posições dentro da estrutura sindical oficial do que em promover mobilizações trabalhistas mais combativas. A Força Sindical possuía forte proximidade com os governos neoliberais, isto é, parte da base social da Força Sindical aceitava valores neoliberais como a moderação sindical e a negociação em vez do confronto. Portanto, a Força Sindical representou uma adaptação do sindicalismo tradicional brasileiro ao contexto neoliberal dos anos 1990, sendo uma organização marcada ao mesmo tempo pelo conservadorismo político, pela

⁸ Com a adoção de políticas de incentivos fiscais, abertura ao comércio exterior e atração de capital estrangeiro, se produzem efeitos negativos sobre a distribuição de renda e as condições de trabalho, já que o capital estrangeiro busca países com mão de obra barata, menor regulação ambiental e trabalhista, como é o caso do Brasil. Assim, haveria uma contradição entre atrair investimentos e promover justiça social. E no que diz respeito às políticas setoriais, como a industrial e a educacional, a central sindical não defende de forma firme a expansão do ensino público gratuito nem critica de modo contundente o setor privado, que é visto como elitista e mercantilizado. Assim, sua proposta seria considerada conciliadora e pouco crítica ao avanço da lógica de mercado na educação (Boito Jr., 1999, p.161-163).

dependência do Estado e pela aceitação das transformações econômicas neoliberais (Boito Jr., 1999, p. 182-185).

A Força Sindical teve um papel fundamental no processo das privatizações e reformas econômicas, pois controlava sindicatos de trabalhadores de grandes empresas estatais que estavam sendo privatizadas. Em vez de organizar resistência às privatizações, a central sindical negociou condições para que os trabalhadores comprassem ações dessas empresas com preços reduzidos e financiamentos subsidiados pelo Estado. Nesse contexto, diminuía a oposição dos trabalhadores às privatizações, pois muitos passaram a enxergar vantagens econômicas imediatas na compra de ações e enfraquecia a atuação da CUT, que defendia uma posição mais crítica às políticas neoliberais e às privatizações (Boito Jr., 1999, p. 186-189). Nessa direção, Boito Jr. (1999, p. 190-194) caracteriza a Força Sindical próxima dos governos neoliberais e alinhada às políticas de privatização e flexibilização das leis trabalhistas. Apoiou propostas que reduziam direitos dos trabalhadores, como os contratos de trabalho temporários e sem registro formal em carteira⁹.

Segundo Boito Jr. (1999, p. 163), o neoliberalismo priorizou os interesses do capital financeiro internacional e dos bancos nacionais, ao mesmo tempo em que enfraqueceu setores da indústria brasileira. Esse processo causou desemprego, abertura comercial intensa e desindustrialização. Diante disso, acabou gerando uma contradição dentro da própria classe dominante, enquanto o setor financeiro se beneficiava das políticas neoliberais, parte da burguesia industrial era afetada. Com isso, a CUT poderia ter aproveitado essa divisão para construir uma ampla mobilização política contra o desemprego e a crise industrial.

Entretanto, a estratégia da CUT se voltou para as chamadas câmaras setoriais, que visavam reunir representantes do governo, empresários e sindicatos para negociar políticas específicas para determinados setores da economia. A proposta fazia parte do chamado “sindicalismo propositivo” baseado mais na negociação institucional acreditando que por meio do diálogo fosse possível proteger empregos, recuperar salários e formular políticas industriais capazes de reduzir os efeitos da abertura

⁹ Porém, a Central não apoiava totalmente todas as políticas neoliberais. A central criticava, por exemplo, a abertura econômica e os juros altos, porque essas medidas aumentavam o desemprego industrial. Mesmo assim, essas críticas não chegaram a romper a aliança com os governos da época.

econômica. Porém, essa estratégia acabou fracassando porque as câmaras setoriais funcionavam de maneira corporativa, isto é, cada setor defendia apenas seus próprios interesses econômicos. Como consequência disso, os resultados favoreceram muito mais as empresas do que os trabalhadores, o corporativismo das câmaras setoriais fragmentou a classe trabalhadora, porque cada sindicato passou a defender exclusivamente os interesses do seu setor econômico. Isso impediu a construção de uma luta coletiva mais ampla contra o neoliberalismo. Além disso, o sindicalismo perdeu parte de sua independência política ao se integrar às negociações conduzidas pelo governo e pelas empresas (Boito Jr., 1999, p. 164-167).

Num plano mais geral, instaurou-se [...] no Brasil, uma luta mais ou menos velada entre os sindicatos, de diferentes categorias ou de uma mesma categoria, por verbas públicas para sua empresa ou setor, e por investimentos privados, para sua categoria ou base territorial. Segundo depoimentos de sindicalistas da CUT, além da "guerra fiscal" entre os Estados para atrair investimentos, há uma disputa entre os sindicatos, da própria CUT, na qual o sindicato se compromete a reivindicar menos, em troca de um novo investimento no "seu" município. Além do compromisso da parceria, as câmaras alimentam, portanto, um exclusivismo ou egoísmo de fração, insulando os diferentes setores das classes trabalhadoras (Boito Jr., 1999, p. 167).

Essa atuação pode ser considerada um retrocesso político ou como um processo de despolitização do sindicalismo.

Esse novo corporativismo, distinto do corporativismo de Estado populista, é, em face dos trabalhadores, e diferentemente do que sugere a grande maioria dos estudos sobre o tema, uma estrutura de dominação e não uma estrutura de representação de interesses. Essa estrutura envolve, divide e despolitiza o movimento sindical. Ela realiza, na base da central, a concepção e a estratégia do sindicalismo propositivo, que orienta a Executiva Nacional da CUT. Veremos que ela representa, também, a legitimação da ideologia e da política neoliberal pelo movimento sindical combativo - porque introjeta nesse movimento pontos fundamentais da política neoliberal, que passa a ser aceita como algo inexorável, e porque desvia o movimento sindical, de maneira bastante adequada ao neoliberalismo, da luta por direitos sociais (Boito Jr., 1999, p. 168).

Nesse sentido, durante os anos 1990, a CUT apresentou dificuldades em firmar acordos com governos neoliberais, seja pela pouca disposição governamental em negociar, seja por divergências internas no próprio movimento sindical. A atuação da

CUT contra as privatizações foi limitada, com baixa participação de trabalhadores e pouca capacidade de impedir efetivamente as privatizações (Boito Jr., 1999, p. 173-179).

As contradições da linha sindical propositiva, tal qual ela vem sendo aplicada pela CUT, permitem falar de uma política hesitante e contraditória que, no geral, leva à conciliação com o neoliberalismo. A CUT abandonou a estratégia de luta unificada contra a política econômica do governo e substituiu a prática das greves gerais de protesto pelas sucessivas tentativas de acordos com os governos neoliberais; desarmou ideologicamente os trabalhadores frente à desregulamentação, devido à sua proposta de contrato coletivo de trabalho; não assumiu uma luta conseqüente contra a desindustrialização e o desemprego, em decorrência de ter aceito a idéia de que seria inevitável uma certa abertura e uma certa modernização da economia, o que ficou claro na sua estratégia frente às montadoras de veículos e, particularmente, na sua participação nas câmaras setoriais; no que a CUT mais resistiu ao neoliberalismo foi na política de privatização. A transição de um sindicalismo de oposição para um sindicalismo de participação não foi completada¹⁰ (Boito Jr., 1999, p. 180).

Dessa forma, o governo mantinha a estrutura sindical corporativa, e essa estrutura fortalecia lideranças sindicais alinhadas ao poder político e econômico. O neoliberalismo brasileiro não eliminou o corporativismo sindical, apropriou-se dele para controlar o movimento dos trabalhadores e facilitar a implementação de suas políticas econômicas (Boito J., 1999, p. 194-197).

O campo pelego aderiu, portanto, ao neoliberalismo. Esse fato, tem contribuído para a difusão da ideologia e da política neoliberal junto aos trabalhadores. Na medida em que o peleguismo é produto da estrutura sindical corporativa de Estado, que, embora reformada pela Constituição de 1988, permanece em pé, podemos afirmar que essa estrutura sindical, herdada do período populista, é, hoje, um dos recursos de que dispõe o neoliberalismo para obter sua hegemonia no Brasil. Isso é também verdadeiro devido aos outros tipos de obstáculos - já arrolados quando

¹⁰ Boito Jr. (1999, p. 180-182) afirma que a partir de 1994 - durante a gestão de Vicente Paulo da Silva (Vicentinho) -, a CUT teria se aproximado mais de uma postura associada ao neoliberalismo do que na gestão anterior, de Jair Meneguelli. Essa comparação não significa uma adesão completa ao neoliberalismo, mas sim uma mudança nas estratégias sindicais. Na gestão de Meneguelli, a CUT teria adotado uma postura mais combativa, especialmente contra as privatizações, ao mesmo tempo em que iniciava uma transição para o "sindicalismo propositivo". Já na gestão de Vicentinho observa-se um recuo relativo dessas mobilizações, com adesão à luta contra privatizações e maior disposição para negociar acordos com o governo, inclusive em temas como a reforma da previdência. Mas essa aproximação não se consolidou de forma estável, pois a partir de 1997, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, privatizações importantes aconteceram, juntamente com o aumento do desemprego e maior insatisfação operária, que levaram a CUT retomar posições mais críticas. Além disso, movimentos sociais externos ao sindicalismo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ganharam força, contribuindo para a reativação de uma postura mais combativa dentro da própria CUT.

analisamos a atuação da CUT - que a estrutura sindical tem imposto à organização do campo sindical combativo integrado pelas correntes reformistas e revolucionárias que atuam no movimento sindical (Boito Jr., 1999, p. 194).

Assim, o impacto do neoliberalismo sobre o movimento sindical no Brasil foi caracterizado pela redução da capacidade de mobilizar trabalhadores e de exercer influência política, o que provocou uma redução relativa do movimento sindical no país.

Tendo essa apreensão dos processos históricos no cenário mundial e suas expressões particulares na formação econômico-social brasileira (mudanças no mundo do trabalho, políticas neoliberais e organização sindical), nos determos, a seguir, nos desdobramentos dos impactos negativos destes processos na organização e na atuação da CUT sob os governos do Partido dos Trabalhadores, partido que esteve organicamente ligado ao processo de fundação desta organização sindical.

CAPÍTULO III - ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL: OS DILEMAS DA CUT NOS GOVERNOS PETISTAS

O terceiro capítulo tem por objetivo analisar a atuação da CUT no contexto dos dois primeiros governos petistas aos dias atuais, destacando os impasses enfrentados pela organização sindical também neste período. Neste capítulo, sistematizaremos os principais processos de formação e organização sindical no Brasil desde o início do século XIX até o período do chamado novo sindicalismo. A seguir, nos deteremos nas ações desenvolvidas pela principal organização sindical que surge neste período, principalmente nos dois iniciais governos petistas até os dias atuais, levando em consideração a proximidade com o governo, os desafios impostos pelas transformações políticas, econômicas e institucionais.

3.1 - Uma sistematização do processo de formação e organização sindical no Brasil

Na realidade brasileira temos uma particularidade acerca do forte traço das desigualdades sociais históricas. A rápida urbanização sem planejamento que ocorreu nas últimas décadas do século XX fez com que a classe trabalhadora se concentrasse principalmente nos centros urbanos. Isso resultou em sérios problemas como a falta de infraestrutura urbana adequada, desigualdade no acesso a serviços básicos e perda crescente do poder aquisitivo de bens de subsistência básica pela crescente corrosão da remuneração salarial da classe trabalhadora.

Partindo de uma análise do sindicalismo no Brasil, temos que levar em consideração como se formou e como funciona o modelo de desenvolvimento capitalista em um país marcado pela dependência econômica e pela presença de uma burguesia alinhada aos interesses das potências centrais, como analisa Florestan Fernandes. É necessário compreender as origens do regime escravista e mercantil, o lento processo de criação de leis e regras trabalhistas, e o crescimento da classe trabalhadora - especialmente suas organizações nos anos 1980, que deram origem ao chamado “novo sindicalismo” (Ribeiro, 2021, p. 167).

A formação da classe trabalhadora no Brasil é fortemente marcada pelo período da escravidão. A coerção violenta dos povos originários e africanos, juntamente com a concentração da economia na monocultura de caráter exportador e a existência de uma classe dominante sem projeto nacional, ainda influencia a estrutura social e trabalhista brasileira.

A formação da classe trabalhadora no Brasil começou a dar seus primeiros sinais na segunda metade do século XIX, antes mesmo da abolição da escravatura em 1888. As formas de resistência e os levantes protagonizados por trabalhadores escravizados fizeram parte da história da escravidão desde seus primeiros períodos, expressando a constante luta contra as condições de exploração e dominação impostas pelo sistema escravista. No entanto, a partir de 1876, ganha destaque um movimento específico de trabalhadores livres e escravizados ligados às padarias de Santos, cuja mobilização passou a integrar a história das lutas dos trabalhadores urbanos, assim como as primeiras associações que tinham por objetivo reunir recursos a fim de servir como auxílio em momentos de doença, acidentes e morte. A luta pela liberdade e o senso de solidariedade dos trabalhadores escravizados nos mostra o processo de formação da classe trabalhadora brasileira (Mattos, 2009, p. 13-17).

[...]até meados dos anos de 1850, o trabalho escravizado dominava não apenas o cenário dos grandes latifúndios monocultores, voltados para a agricultura de exportação, mas também as principais cidades do país, em que os trabalhadores escravizados moviam portos, transportes terrestres, comércio urbano a até mesmo as primeiras fábricas (Mattos, 2009, p. 17).

Trabalhadores escravizados e livres possuíam uma convivência cotidiana, uma vez que estavam inseridos nos mesmos ambientes, como ruas, habitações, locais de trabalho e espaços de lazer. Essa convivência também possibilitava a construção de experiências comuns, inclusive no que se refere a estratégias de organização e de resistência, ainda que essas se manifestassem de maneiras distintas conforme as diferenças jurídicas entre trabalhadores livres e escravizados (Mattos, 2009, p. 18).

Trabalhadores livres estavam presentes na luta pelo fim da escravidão, uma vez que apoiavam de forma ativa nas fugas de escravizados e na formação de quilombos abolicionistas. A atuação coletiva dos trabalhadores assalariados na luta pela liberdade

dos trabalhadores escravizados integrava o conjunto de práticas e princípios que orientavam a ação dessa nova classe. Tal atuação indica que a solidariedade não era apenas uma atitude ocasional, mas um valor estruturante da classe trabalhadora em formação (Mattos, 2009, p. 20-21).

Particularmente em relação à nossa questão, a organização sindical, vale destacar que, em 1858, ocorreu a primeira greve no Brasil com a paralisação dos tipógrafos. Contudo, é importante destacar outros dois eventos, como em 1857 registrou-se a paralisação de trabalhadores escravizados de um estabelecimento em Niterói pertencente ao Barão de Mauá. No mesmo ano, ocorreu também a chamada greve negra de Salvador, protagonizada pelos carregadores da capital baiana em oposição às formas de controle impostas pelo poder público sobre o exercício de seu trabalho. Esses movimentos são exemplos importantes no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil, esses trabalhadores livres e assalariados, organizaram-se coletivamente para defender seus interesses, ao mesmo tempo em que identificavam de alguma maneira que os patrões eram inimigos de classe, ou seja, há um surgimento de uma relação de conflito. Dessa maneira, há uma manifestação de uma consciência de classe em formação (Mattos, 2009, p. 28).

As lutas de classe até 1888 estavam centradas principalmente na existência da escravidão. Com a sua abolição, a formação da classe trabalhadora brasileira encontrou obstáculos significativos. Entre eles, destaca-se a heterogeneidade dos trabalhadores assalariados, composta por indivíduos com trajetórias sociais distintas, como ex-escravizados e imigrantes. Além disso, as organizações coletivas existentes ainda não possuíam força ou estrutura suficientes para articular e representar interesses comuns.

Durante quase quatro séculos, o trabalho foi socialmente associado a pessoas escravizadas ou a indivíduos livres sem posses, o que gerou uma visão negativa sobre o ato de trabalhar. As classes dominantes brasileiras não desenvolveram uma tradição cultural ou religiosa que valorizasse o trabalho como algo digno ou moralmente positivo. Recorreram então à repressão para garantir que houvesse mão de obra disponível no nascente mercado de trabalho assalariado. Havia preocupação em controlar o comportamento dos ex-escravizados e forçá-los a se adaptar às novas

condições sociais. Um exemplo disso foi a proposta da chamada “Lei de Repressão à Ociosidade”, que previa punição para quem não estivesse trabalhando, reforçando a ideia de que o trabalho não era apenas uma escolha, mas uma obrigação imposta pelo Estado. Nesse contexto, os próprios trabalhadores precisaram desenvolver uma ética do trabalho que fosse positiva para eles. Para os primeiros militantes operários, valorizar o trabalho e o trabalhador era essencial para que fosse possível se reconhecerem como uma classe e atuarem coletivamente por meio de sindicatos e outras organizações. Porém, o processo de conscientização dos trabalhadores era complexo e estava em desenvolvimento (Mattos, 2009, p. 34-35).

A partir da Primeira República (1889-1930) começaram a surgir organizações que expressassem uma consciência de classe, mas de forma limitada levando em consideração as dimensões da formação da classe trabalhadora da época.

Ao tratarmos da classe trabalhadora nas primeiras décadas de sua formação, é preciso ter em conta o peso relativamente pequeno do operariado industrial típico no conjunto da força de trabalho. Era ainda muito pequeno o espaço da indústria na economia brasileira de então. A produção industrial respondia por cerca de 5% da população empregada no país em 1872, chegando a 13%, em 1920. Nessa primeira fase, a indústria crescia a partir do investimento de capitais acumulados em outros setores, considerados, então, mais dinâmicos, como era o caso do comércio importador e atacadista, no Rio de Janeiro, e do complexo cafeeiro em São Paulo (Mattos, 2009, p. 36).

Ao final do século XIX a classe trabalhadora apresentava dificuldades para a formação de uma identidade. Em São Paulo, a presença de imigrantes era muito significativa, representando mais da metade da população e a maioria da força de trabalho, sendo em grande parte italianos. No Rio de Janeiro, embora houvesse menos estrangeiros, ainda assim eles formavam uma parcela importante da população, com predominância de portugueses. Ao mesmo tempo, havia uma expressiva população negra e mestiça. No que tange os tipos de trabalho ocupados por esses grupos, percebia-se uma grande desigualdade. Os trabalhadores imigrantes estavam mais presentes em atividades como comércio, indústria e artesanato, que ofereciam melhores rendimentos. A população negra era majoritariamente empregada em serviços domésticos ou nem sequer tinha uma profissão formal registrada, o que evidencia a existência de discriminação no acesso às oportunidades de trabalho.

Portanto, as diferenças de origem e as desigualdades no mercado de trabalho dificultavam a união dos trabalhadores e revelavam um cenário de exclusão social.

O que dizer então das primeiras fábricas, onde as péssimas condições de trabalho eram aguçadas pelas jornadas muito longas, pela violência dos encarregados, pelos constantes acidentes, pela exploração do trabalho de crianças e pelos abusos contra as operárias? Mulheres e crianças, aliás, formavam a maioria da mão-de-obra empregada nas fábricas de tecido, os maiores estabelecimentos industriais de então. Ganhavam menos e cumpriam a mesma jornada dos homens. A imprensa operária sempre trazia denúncias de superexploração, acidentes, doenças e violências no ambiente fabril. As que pareciam provocar maior sentimento de injustiça e indignação eram justamente relativas ao abuso contra mulheres e à violência contra crianças (Mattos, 2009, p. 41).

Os relatos dos próprios trabalhadores sobre as condições de trabalho em que estavam submetidos, expunham as mais de dez horas diárias, o trabalho infantil, as incontáveis mortes por acidentes de trabalho devido ao maquinário perigoso. Além dessas condições de trabalho, o custo de vida era alto comparando os baixos salários. Como afirma Mattos (2009, p. 43), “trabalhava muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal. As descrições dos locais de moradia dos trabalhadores no início do século conduzem-nos a realidades miseráveis, insalubres e superpovoadas”.

Durante a Primeira República, diversos partidos operários surgiram, mas tiveram existência curta e limitada. Grupos socialistas buscavam aumentar a participação política e eleitoral dos trabalhadores, com o objetivo de implementar reformas legais que atendessem aos seus interesses. Porém havia limitações, já que as restrições ao voto dificultavam a inclusão operária na política, tornando o sistema partidário pouco acessível às demandas populares. As propostas desses partidos no início da República tinham como destaque expandir a participação política e criar leis sociais. Um exemplo disso é o programa do Partido Operário, fundado em 1890 por imigrantes alemães ligados à Segunda Internacional, que expunham essas reivindicações (Mattos, 2009, p. 46).

É importante destacar, que um fator determinante para a formação da classe trabalhadora foi a chegada de operários imigrantes europeus a partir do final do século XIX. Esses trabalhadores já experienciaram - anteriormente em seus países de origem - movimentos e lutas operárias, e isso influenciou de maneira significativa as ideias

políticas e ideológicas dos trabalhadores brasileiros, bem como as formas de organização de suas mobilizações. Essa influência veio primeiramente pelos anarquistas (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 234).

Durante a Primeira República (1889-1930), os governos oligárquicos reagiram ao crescimento das mobilizações dos trabalhadores, criando leis para restringir as atividades político-sindicais e até mesmo com a expulsão dos trabalhadores estrangeiros. Muitas greves ocorreram impulsionadas pelas condições de vida e trabalho precárias. O marco importante para a luta dos trabalhadores foi o decreto de 1907 que representou uma tentativa do Estado de regulamentar as associações sindicais para todas as profissões (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 234).

No final do século XIX e início do XX, a transição das associações mútuas para os sindicatos não foi direta, já que as organizações eram distintas. Nesse período, surgiram cada vez mais ligas, associações de resistência e sindicatos, enquanto muitas mutuais continuaram existindo. A principal diferença é que os sindicatos tinham como função representar os interesses coletivos dos trabalhadores, podendo confrontar, quando necessário, a atuação dos patrões e do governo (Mattos, 2009, p. 47).

Nesse contexto, diferentes correntes políticas disputavam a liderança dos sindicatos. Os socialistas tentaram se consolidar nesse espaço, mas suas propostas, que colocavam a política partidária acima da ação sindical direta, tiveram pouco êxito, especialmente porque a participação eleitoral dos trabalhadores era limitada. Os sindicalistas revolucionários, representados por anarquistas - inspirados pelo sindicalismo de ação direta francês, mais tarde chamado de anarcossindicalismo - rejeitavam a via eleitoral e apostavam na mobilização direta contra os patrões como forma de conscientizar os trabalhadores sobre a necessidade de transformar a sociedade. Para eles, a greve era o principal instrumento dessa ação direta, sendo vista como o caminho para a construção de uma sociedade sem classes e sem Estado. Portanto, essa influência ficou evidente no I Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, no qual os anarquistas participaram em maior número e imprimiram suas ideias nas resoluções do encontro (Mattos, 2009, p. 48).

Até a década de 1920, três correntes políticas tomaram a direção das organizações sindicais no Brasil: *anarcossindicalismo*, *os reformistas* e *os sindicatos amarelos*:

[...] a) concepção *anarcossindical* (então hegemônica) recusava a existência de um partido político de classe operária e via eleitoral e parlamentar. Concebia os sindicatos como órgãos revolucionários e defendia que o caminho para a revolução, que geraria uma sociedade sem classe e sem Estado, viria das lutas desenvolvidas dentro das fábricas através do conflito direto com o patronato (como as greves). Utilizava jornais, peças teatrais e palestras para fomentar a propaganda anarquista e as mobilizações operárias produzindo uma imprensa operária de forte combatividade; b) os *reformistas* rejeitavam a ideia dos sindicatos como órgãos revolucionários, defendiam a transformação gradativa da sociedade capitalista através da conquista de direitos que seriam obtidos através da “pressão sobre o Estado) e da luta parlamentar; c) a corrente dos *sindicalistas amarelos*, defendia a conciliação entre capital e trabalho e a dependência em relação ao Estado (Antunes, 1958, p. 50 apud Montañó; Duriguetto, 2011, p. 235).

No início da década de 1920, o movimento anarquista começou a enfraquecer. Esse declínio ocorreu principalmente devido à atuação do Estado, que reprimiu organizações e jornais ligados aos trabalhadores, prendeu e exilou suas lideranças e promoveu campanhas de propaganda contrárias aos sindicatos.

Com as limitações do anarcossindicalismo para a efetivação de suas estratégias de luta, as ideias comunistas ganham força (sob influência da Revolução Russa) e um grupo de anarcossindicalistas funda, em 25 de março de 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os comunistas partiam da concepção de que a organização sindical deveria ser articulada com o partido, no qual o partido assumiria o papel de vanguarda revolucionária, orientando e coordenando o movimento operário rumo a transformações sociais mais profundas (Montañó; Duriguetto, 2011, p. 235-236).

As diferenças entre comunistas e anarquistas geraram intensos debates, especialmente dentro dos sindicatos, que se tornaram um campo central de disputa política. Os comunistas passaram a atuar fortemente nessas organizações. Foi necessário um grande esforço para conquistar a liderança sindical que antes estava nas mãos dos anarquistas. Esse processo envolveu propaganda ideológica e disputa pela adesão dos trabalhadores e ao final da década de 1920 tem seu êxito na conquista pela hegemonia no meio sindical (Mattos, 2009, p. 50).

Vale ressaltar que também havia grupos de sindicalistas que defendiam a ideia de que a obtenção de melhorias para a classe trabalhadora seria mais eficaz por meio da cooperação com os empregadores e o Estado, em lugar do enfrentamento direto. Esses grupos eram chamados de “amarelos” por seus opositores, geralmente de forma crítica. Eles se caracterizavam por adotar uma postura moderada e pragmática, rejeitando posições consideradas radicais, como as defendidas pelos anarquistas. Além disso, incluíam setores ligados à Igreja Católica, que defendiam a harmonia entre as classes sociais e a busca por mudanças graduais, pautadas pela prudência e pelo diálogo (Mattos, 2009, p. 52).

As greves, nesse contexto, era o principal instrumento de mobilização dos trabalhadores para pressionar o patronato. Nas primeiras décadas do século as greves começaram a ocorrer com maior frequência.

Com a criação do Ministério do Trabalho, os sindicatos se incorporam ao Estado e o marco desse processo foi a criação da Lei de Sindicalização de 1931. Essa lei permitia o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos. Mas mesmo com as limitações políticas dos sindicatos livres persistiram até 1937, contestando o controle estatal sobre os sindicatos e resistindo a estrutura corporativa/burocrática imposta pelo Estado (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 236-237).

Como expressão das organizações sindicais, temos a criação de uma Frente Única Sindical (FUS) em 1934 pelos comunistas, que deu origem à Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB). Em 1935 é formada a Aliança Nacional Libertadora (ANL) que reunia comunistas, socialista, operários, setores progressistas das classes médias e estudantes. A participação dos sindicatos se dava por meio de reivindicações que faziam parte das ideias da ANL (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 237).

A Constituição de 1934 que se estende até a segunda metade de 1935, foi caracterizada por uma relativa estabilidade institucional. Nesse período houve um aumento significativo no número de greves e maior participação dos trabalhadores organizados em movimentos políticos. Essas organizações passaram a atuar mais ativamente na defesa da democratização do país, tendo como uma de suas principais referências a Aliança Nacional Libertadora (ANL). As organizações sindicais mais

combativas tiveram sua atuação limitada e reprimida através do Estado (Mattos, 2009, p. 67-69).

Porém, em 1937, foi instaurado o Estado Novo comandado por Getúlio Vargas, e sob a implementação da Lei de Segurança Nacional (LSN), a ANL foi fortemente atacada e lideranças sindicais foram presas, torturadas, deportadas e mortas. O Estado fechou os sindicatos autônomos, proibiu as lutas dos trabalhadores e os sindicatos oficiais tornaram-se organizações que buscavam favores e recursos burocráticos perante ao Estado. Os sindicatos oficiais passaram a ser dominados por “pelegos”, centrando-se em ações de caráter assistencial (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 237-238).

Em 1942, o governo de Getúlio Vargas buscou uma aproximação com os trabalhadores para fortalecer o controle sobre os sindicatos oficiais. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o aumento das críticas à ditadura, os governantes passaram a considerar mais próxima a possibilidade de uma redemocratização. Com isso o discurso político trabalhista surgia e apresentava o Estado e Vargas como protetores dos trabalhadores. A legislação social era mostrada como uma concessão generosa do governo, antecipando-se às demandas populares. Da mesma forma, os sindicatos eram retratados como fruto da visão do Estado, buscando apagar da memória coletiva a história de mobilização e luta dos trabalhadores durante a Primeira República (Mattos, 2009, p. 71-72).

No contexto do esforço de guerra, diversas leis trabalhistas foram temporariamente suspensas, como o direito a férias, o limite de jornada e a liberdade de trocar de emprego. A alta nos preços e a escassez de produtos para a subsistência agravaram o custo de vida, enquanto os salários permaneceram baixos. Mas a partir de 1942, a necessidade de reajustes salariais e o fim parcial das restrições legais levaram a vários movimentos grevistas, organizados muitas vezes por comissões de fábrica. Esses movimentos enfrentaram resistência tanto das direções sindicais ligadas ao Ministério do Trabalho quanto da polícia política, atuando contra a autonomia dos trabalhadores.

Quando, a partir de 1942, o Estado passou a investir politicamente nos sindicatos, tentando transformá-los em órgão representativos (embora

controlados), a mola mestra da propaganda pró-Vargas passou a ser o discurso de valorização da figura do trabalhador e do próprio trabalho. Reatualizava-se, então, mas com objetivos bem diferentes, a afirmação da dignidade do trabalhador pela qual tinham batalhado os sindicalistas do pré-1930. Assim, não houve “pacto” e esse processo não poderia ser explicado por uma simples barganha material, mas é preciso levar em conta todo o investimento, de natureza cultural, do Estado, por meio do discurso trabalhista e via máquinas sindicais oficiais, para se apresentar como o responsável pela “doação” dos benefícios da legislação, reconhecendo a importância do trabalhador para a nação (Mattos, 2009, p. 74-75).

Segundo Trópia (2025, p. 95), diversos autores apontam que a estrutura sindical criada durante o governo de Getúlio Vargas foi implantada de forma autoritária, por decisões do Estado que limitavam a autonomia das organizações de trabalhadores já existentes. As mudanças promovidas pelo governo tinham como objetivo controlar o movimento operário, que ainda estava em processo de formação, reduzindo sua capacidade de organização e reivindicação. Neste contexto, a estrutura sindical corporativa teria aproximado os sindicatos do Estado, tornando-os dependentes dele e limitando sua independência. Com isso, os sindicatos se tornam um instrumento de controle social ao invés de ser representantes autônomos dos trabalhadores.

A construção do sistema sindical brasileiro não se limitava à intervenção governamental nos sindicatos, também se manifestava por meio da concessão de benefícios e direitos para fortalecer as entidades oficialmente reconhecidas. Dessa forma, o Estado incentivava a sindicalização e, ao mesmo tempo, mantinha controle sobre a representação dos trabalhadores. Aconteceram tentativas para ampliar a liberdade sindical, mas a autonomia permaneceu restrita. Com a criação do imposto sindical em 1939, sendo obrigatório a contribuição de todos os integrantes das categorias representadas, garantiu recursos para os sindicatos, mas também consolidou sua vinculação à estrutura estatal. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, reuniu e fortaleceu os principais elementos desse modelo: o reconhecimento oficial dos sindicatos, a unicidade sindical e o financiamento compulsório por meio do imposto sindical. Durante a ditadura militar, novas alterações legais reforçaram esse sistema, ampliando o monopólio da representação sindical e regulamentando as negociações coletivas entre trabalhadores e empregadores (Trópia, 2025, p. 101-102).

Com o fim do Estado Novo, os trabalhadores voltaram com forte apelo às suas organizações e reivindicações. Algumas conquistas foram possíveis como a liberdade de organização sindical, a anistia de presos políticos e a legalização do PCB. O Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), criado em 1945, serviu como uma tentativa de construir uma central sindical e faziam oposição ao sindicalismo oficial com sua estrutura vertical (Mattos, 2009, p. 80 apud Montaño; Duriguetto, 2011, p. 238).

Em substituição ao MUT, em 1946, é criada a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGTB). Porém, no contexto da guerra fria e sob o governo do general Dutra, o sentimento anticomunista retorna e, em 1947, o PCB, que nos anos anteriores obtêm significativa votação nas eleições de 1945, volta a ilegalidade juntamente com a volta das repressões às organizações dos trabalhadores (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 238-239).

Com o retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1950, o discurso se voltava para os trabalhadores urbanos com caráter nacionalista e trabalhista. Porém, nesse período, foram realizadas centenas de greves. Em 1960, o Pacto de Unidade e Ação (PUA) é formado a fim de unificar a organização dos sindicatos num projeto de criação de uma central sindical. Nesse contexto, também se inicia o processo de organização dos trabalhadores rurais que, ao longo da história foram excluídos das conquistas trabalhistas obtidas pelos trabalhadores urbanos bem como do direito à organização sindical (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 239).

A partir da década de 1960, a atividade sindical, especialmente no que se refere às greves, passou por um crescimento rápido e significativo. Diversas categorias se reuniram em torno de pautas em comum, que envolviam questões salariais e de condições de trabalho. O crescimento da mobilização de trabalhadores, nesse período, foi devido ao surgimento de organizações paralelas ao sindicalismo oficial, como comissões sindicais em empresas intersindicais, como pactos e comissões regionais; ou de cúpula, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) (Mattos, 2009), p. 91-96).

O período de 1961-1964 foi marcado por grandes lutas e mobilizações sociais de trabalhadores urbanos e rurais. A criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), avançava na construção de uma central sindical. Um fato de destaque foi que,

em 1963, ocorreu uma das maiores greves em São Paulo, reunindo 700 mil operários (Antunes, 1985, apud Montaño; Duriguetto, 2011, p. 239).

O governo de João Goulart (1961-1964) ficou marcado por um período de grande instabilidade política e econômica no Brasil. João Goulart era um político experiente, não compartilhava ideais socialistas e era um reformista, buscou implementar as chamadas "reformas de base", que incluíam mudanças significativas na economia e na sociedade, como a reforma agrária, a reforma urbana e a reforma educacional, visando reduzir desigualdades e modernizar o país. Essas propostas, no entanto, geraram forte oposição da classe dominante, dos setores conservadores e militares, que temiam uma inclinação comunista, visto que nesse período ocorria a guerra fria. A polarização política e o temor de uma ruptura social foram fatores que contribuíram para o golpe civil-militar de 1964, que depôs Goulart e instaurou uma ditadura que durou 21 anos (Netto, 2014, p. 21-66).

Antigos líderes sindicais que tinham fortes laços com os círculos operários católicos e com entidades de inspiração sindicalista dos Estados Unidos foram colocados nas direções sindicais pelos militares. Esses antigos líderes não tinham o objetivo de representar efetivamente as categorias trabalhistas, ou seja, eram usados para apoiar o governo militar, perseguir e eliminar seus antigos adversários, agora rotulados como "perigosos subversivos" pela ditadura. Deste modo, a atuação sindical foi instrumentalizada para fins políticos, em vez de buscar melhorias para os trabalhadores.

Como resultado dessas medidas, a ação política nos sindicatos logo perdeu relevância. Os sindicatos perderam um grande número de associados, mas não era um problema para aqueles que assumiram o controle dos sindicatos, uma vez que eles não tinham por objetivo representar os trabalhadores, mas sim atender aos interesses dos militares que os colocaram no poder. O intuito era expandir a parte assistencial dos sindicatos e aumentar seu patrimônio físico, utilizando os recursos financeiros provenientes do imposto sindical para esse fim (Mattos, 2009, p. 105).

De concreto, nos sindicatos eram revalorizados os serviços assistenciais – como os consultórios médicos, colônias de férias etc. – que, ao mesmo tempo, serviam como indicadores das ações governamentais (das quais o sindicato era um intermediário) junto aos trabalhadores e de pólo de

atração para novos associados. Estes seriam vistos não tanto como representados em seus interesses econômicos pelo sindicato, mas principalmente como usuários dos serviços assistenciais (Mattos, 2009, p. 112).

Ao final de 1968 o regime militar no Brasil adotou medidas ainda mais autoritárias com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Como resultado desse ato aconteceu o fechamento temporário do Congresso Nacional, a cassação de mandatos de políticos, a implantação da censura prévia à imprensa, a retirada de direitos civis da população e adoção de um caráter ainda mais repressivo em relação aos sindicatos.

3.2 - O surgimento do novo sindicalismo e a questão da estrutura sindical corporativa

De acordo com Mattos (2009, p. 109), a década de 1970 foi caracterizada por intensas transformações políticas e econômicas. O país vivia a fase mais violenta da repressão do regime militar, especialmente contra os grupos de esquerda que optaram pela luta armada. Os primeiros anos dessa década foram caracterizados por um rápido crescimento econômico, que ficou conhecido como o "milagre econômico". Esse crescimento foi impulsionado por medidas que favoreceram grandes grupos monopolistas, principalmente de capital estrangeiro, e o sistema financeiro nacional. Além disso, o governo utilizou o endividamento externo, aproveitando a situação favorável nos mercados financeiros internacionais, para financiar grandes projetos de infraestrutura, o que ajudou a estimular a economia. No entanto, o "milagre" tinha um custo. O Estado criou uma política salarial que implicava no arrocho dos salários e instituiu uma lei antigreve, que inibia as manifestações dos sindicatos sob a ameaça da repressão. Essa combinação proporcionou a superexploração da força de trabalho durante o período de consolidação do capitalismo monopolista no país, favorecendo altos índices de acumulação de capital, sobretudo nos setores vinculados ao capitalismo internacional.

O regime militar começou a entrar em crise ao final da década de 1970, tanto por problemas econômicos quanto por divisões internas entre os grupos que

sustentavam o poder. Iniciou-se um processo de abertura política, planejado para ser lento e controlado, com o objetivo de garantir que a transição para o governo civil não ameaçasse seus interesses. Houve uma forte pressão da sociedade, especialmente dos trabalhadores organizados (Mattos, 2009, p. 117).

A partir de 1978, com greves no ABC paulista, surgiram movimentos sociais e instituições importantes, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e também o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984. Esse movimento popular ganhou força com a campanha “Diretas Já”, em 1984, que exigia eleições diretas para presidente, e teve impacto na participação da sociedade na elaboração da Constituição de 1988 (Mattos, 2009, p. 118).

A redemocratização brasileira foi resultado tanto de uma abertura controlada pelo regime militar quanto da pressão crescente da sociedade civil organizada. Houve forte reivindicação para a ruptura do modelo tradicional de sindicatos, que eram ligados ao Estado, para permitir uma atuação mais independente e uma participação mais consciente dos trabalhadores. Além de grande descontentamento com a política salarial imposta pelo regime militar. A partir disso, a organização e a insatisfação dos trabalhadores, nesse período, ajudaram a fortalecer novas lideranças e a construir uma forma mais independente e ativa de atuação sindical.

Após um primeiro ciclo de crescimento no número de greves, em 1978 e 1979, os primeiros anos da década de 1980 assistiram a uma contenção das ações grevistas. Tratava-se de uma conjuntura marcada pelo desemprego, pela crise econômica e com empresariado e governo já preparados para enfrentá-las, por meio do endurecimento nas negociações e do acionamento dos mecanismos repressivos da legislação sindical. A partir de 1983, entretanto, voltou a crescer a incidência de greves e os anos seguintes foram marcados por um ritmo intenso e inédito dos movimentos grevistas, indicando uma fase de intensa atividade sindical. Das 118 greves registradas em 1978 às 3.943 de 1989, foram 12 anos de crescimento no número e volume das paralisações (Mattos, 2009, p. 120).

A partir de 1983 houve uma ampliação significativa nos tipos de mobilização, que contribuíram para unificar as reivindicações dos trabalhadores e ampliar seu caráter político. As demandas além de incluir as questões salariais, passou a incluir temas mais amplos, como a reforma agrária e a suspensão do pagamento da dívida

externa. Ou seja, contribuíram para unificar as reivindicações dos trabalhadores e ampliar seu caráter político. Nesse período podemos concluir que o chamado “novo sindicalismo” surgia no Brasil de forma mais combativa, organizada e desempenharam um papel fundamental na política nacional (Mattos, 2009, p. 121).

Trópia (2025, p. 97) levanta a argumentação de que algumas interpretações reconhecem que o “novo sindicalismo” representou uma ruptura significativa com o sindicalismo anterior. Os sindicatos do período anterior a 1964 estavam fortemente vinculados à estrutura sindical corporativa organizada pelo Estado e apoiavam mecanismos como o imposto sindical. E que os novos sindicalistas passaram a defender maior autonomia sindical, a utilizar a greve como instrumento de luta e a criticar a interferência estatal na organização dos trabalhadores.

Entretanto, as diferenças entre o velho e o novo sindicalismo não foram tão profundas, pois algumas práticas consideradas características do novo sindicalismo já estavam presentes antes de 1964. Ou seja, mesmo com as críticas dos novos sindicalistas acerca da estrutura sindical oficial, acabaram se adaptando a ela e convivendo com seus mecanismos institucionais. Um exemplo foi o debate a respeito da possibilidade de implementar maior liberdade sindical e até mesmo o pluralismo sindical no período da Constituição de 1988. Porém, a estrutura sindical existente foi preservada, sob a justificativa de que a unidade sindical garantida por lei evitaria a fragmentação dos trabalhadores e contribuiria para fortalecer os sindicatos.

Trópia nos lembra que na Primeira República a classe trabalhadora urbana, em formação, possuía um grau relativamente alto de autonomia em relação ao Estado. Mas cabe ressaltar que havia forte repressão estatal às formas de organização operária, e mesmo com essa repressão o Estado não controlava diretamente sua estrutura formal, o que permitia um sindicalismo mais plural ideologicamente. A configuração atual da estrutura sindical no Brasil é composta por diferentes níveis: sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais¹¹ (Trópia, 2025, p. 100).

¹¹ Até o nível das confederações, vigora o princípio da unicidade sindical, ou seja, só pode existir um sindicato por categoria profissional em determinada base territorial. Já as centrais sindicais, reconhecidas oficialmente a partir de 2008, funcionam sob lógica mais plural, podendo agregar diferentes categorias e permitindo maior liberdade de filiação.

A estrutura sindical foi consolidada nas décadas de 1930 e 1940, especialmente durante o período em que se formou a CLT, como expusemos. Embora tenha havido diversas tentativas de reforma ao longo do tempo, seus fundamentos principais continuam praticamente os mesmo até hoje. O único elemento estrutural alterado foi o imposto sindical, que deixou de ser obrigatório com a reforma trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467/17).

As mudanças introduzidas pela Constituição de 1988 não foram suficientes para romper com o modelo original e essa estrutura sindical ainda influencia negativamente a capacidade de representação e mobilização dos trabalhadores (Trópia, 2025, p. 93).

Os três pilares fundamentais do modelo sindical brasileiro é caracterizado pela unicidade, investidura e contribuições compulsórias. A unicidade impede a existência de mais de um sindicato por categoria em uma mesma base territorial. A investidura diz respeito ao reconhecimento legal do sindicato pelo Estado — historicamente formalizado por meio da “carta sindical” e, após a Constituição de 1988, por registro, ainda sob supervisão da Justiça do Trabalho em casos de disputa. Por fim, as contribuições compulsórias referem-se ao financiamento sindical obrigatório, como o antigo imposto sindical, que expressa a presença do Estado na sustentação financeira dessas organizações (Trópia, 2025, p. 100-101).

Embora o sindicalismo brasileiro tenha sua gênese em um período de maior autonomia e pluralidade, sua estrutura contemporânea é fortemente marcada pela regulação estatal, que organiza, reconhece e financia o sistema sindical, combinando elementos de unicidade com espaços limitados de pluralismo, especialmente no nível das centrais.

Mesmo com a Constituição de 1988, a autonomia sindical não se tornou plena, porque a própria legislação manteve mecanismos de controle estatal sobre a organização sindical. Por exemplo, a associação sindical é livre e o Estado não pode interferir na organização dos sindicatos, porém há uma exigência de que os sindicatos sejam registrados para serem reconhecidos oficialmente. Essa exigência de registro pode ser considerada como um limitante no que tange à liberdade sindical. Isto é, os sindicatos não podem ser considerados organizações completamente independentes,

mas sim parte de uma estrutura estatal mais ampla, ocupando uma posição subordinada dentro do aparelho burocrático do Estado (Trópia, 2025, p. 103).

Há interpretações segundo as quais tanto este ramo subalterno do aparelho quanto o próprio Estado podem ser disputados. Partimos de um pressuposto distinto. A teoria do Estado que informa nossa interpretação acerca da estrutura sindical é a de que o Estado não é uma instituição neutra, maleável, mas um fator invariante da ordem econômica dominante. O Estado é um aparelho de dominação de classe, o que torna a estrutura sindical corporativa brasileira, seja no período de sua montagem, durante a construção do “novo sindicalismo” ou ainda no período atual, um peso, um freio, uma barreira intransponível a um horizonte autônomo operário: a liberdade de associação sindical, em relação ao capital e ao Estado (Trópia, 2025, p. 103-104).

Historicamente, a estrutura sindical brasileira foi organizada de forma a limitar a autonomia e a capacidade de mobilização da classe trabalhadora, tanto em períodos autoritários quanto em períodos democráticos. Esse modelo institucional enfraquece a liberdade sindical e dificulta a construção de um sindicalismo mais combativo e conectado às bases dos trabalhadores. O baixo índice de sindicalização, a fragmentação das entidades sindicais, a reduzida participação dos trabalhadores nos sindicatos e o número limitado de dirigentes com condições de atuar diretamente nos locais de trabalho demonstram as dificuldades de organização da classe trabalhadora (Trópia, 2025, p. 104)

Segundo Trópia (2025, p. 105-106), uma das principais características do sindicalismo brasileiro é sua elevada fragmentação organizativa. A regra da unicidade sindical, não produziu unidade efetiva; ao contrário, favoreceu a multiplicação de entidades menores. Além disso, a existência de recursos garantidos por contribuições compulsórias, como o imposto sindical, estimulou a criação de novos sindicatos. Alguns autores defendem que a Constituição de 1988 contribuiu para o aumento da fragmentação, especialmente em um contexto de crise econômica e de transformações no mercado de trabalho. Isso resultou em uma estrutura sindical mais pulverizada e menos capaz de concentrar força política e organizativa.

A estrutura sindical brasileira, criada a partir da década de 1940, apresenta limitações que reduzem a autonomia dos trabalhadores e de seus sindicatos. Embora os dirigentes sindicais frequentemente atribuam as dificuldades de mobilização a

fatores como desemprego, informalidade, terceirização, desinteresse dos trabalhadores e o fim do imposto sindical. A autora evidencia que há um problema mais profundo relacionado ao próprio modelo sindical, que incentiva a dependência em relação ao Estado. Essa fragilidade da autonomia sindical torna-se evidente quando greves sofrem restrições judiciais ou quando lideranças sindicais são punidas, revelando os limites da liberdade e da ação independente das organizações de trabalhadores (Trópia, 2025, p. 107).

Porque esta estrutura persiste? Argumentamos que a estrutura persiste pois há na prática uma acomodação ao modelo corporativo e, em grande medida, um temor em relação ao horizonte da liberdade e do pluralismo. Os sindicalistas reconhecem que a potência do sindicalismo depende da unidade política, seja de sua base, seja com outras categorias, correntes e centrais sindicais. Todavia, muitos dirigentes sindicais consideram a estrutura sindical brasileira benéfica porque, ao atribuir o monopólio da representação a uma única organização, não haveria divisão nem concorrentes. Procuramos mostrar, entretanto, que é a estrutura atual que fragmenta e divide de forma pulverizada milhares de sindicatos no país. O pluralismo não significa pluralidade; o pluralismo não significa necessariamente que haverá concorrência entre sindicatos. Isso pode ou não ocorrer e dependerá, não de uma lei, mas da capacidade organizativa e política dos próprios trabalhadores (Trópia, 2025, p. 107).

Alguns autores defendem a ideia de que a atuação das lideranças sindicais pode transformar os sindicatos em espaços de mobilização e fortalecimento dos trabalhadores, ou seja, os sindicatos podem ser utilizados por determinadas lideranças como instrumentos de organização coletiva, defesa de direitos e representar os interesses da classe trabalhadora. Porém, seguindo uma visão mais crítica da estrutura sindical brasileira, a forte influência do Estado sobre os sindicatos favorece práticas burocráticas e reduz a capacidade de mobilização da classe trabalhadora. A partir disso, contribui para a fragilidade organizativa dos sindicatos, limita sua autonomia e dificulta a construção de uma representação efetivamente independente dos trabalhadores. A estrutura sindical brasileira foi construída por meio de mecanismos de cooptação, coerção e dominação. A concepção do “populismo sindical” pautado na ideia de que o Estado atua como protetor dos trabalhadores e possui legitimidade para intervir na organização sindical, fortalece a crença de que os direitos trabalhistas são concessões estatais. Mas essa visão oculta o fato de que a concessão desses direitos

esteve acompanhada da exigência de obediência às normas estatais e da limitação da autonomia coletiva dos trabalhadores (Trópia, 2025, p. 96).

A análise da formação e organização sindical no Brasil, desenvolvida nestes itens, permitiu-nos uma apreensão do caráter histórico e estrutural do sindicalismo brasileiro. A partir dessa análise, o sindicalismo brasileiro passou por importantes mudanças estruturais e políticas. As transformações ocorridas a partir do final da década de 1970, com o surgimento do denominado “novo sindicalismo”, configuram um marco importante na reorganização da ação sindical no país. Assim, no próximo item, será analisada a trajetória desse novo sindicalismo e os desafios enfrentados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) durante os governos petistas aos dias atuais, considerando as ações e posturas da central nos anos 1990 (como expusemos no capítulo II, item 2.3), a relação com o Estado e a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

3.3 - Do novo sindicalismo aos dilemas da Central Única dos Trabalhadores nos governos petistas

Como expusemos, o chamado novo sindicalismo foi marcado pelo surgimento de importantes movimentos de resistência. A partir da primeira metade da década de 1970, ocorreram greves dos metalúrgicos do ABC paulista, exemplificando a reorganização e a conscientização da classe trabalhadora, evidenciando a construção de uma *classe para si* capaz de lutar coletivamente contra a exploração e reivindicar direitos. O período foi marcado por um movimento que foi impulsionado por diversas categorias de trabalhadores para lutar por melhores condições e direitos. Aqui, foi fundamental a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, caracterizando uma representação unificada dos trabalhadores no país. A CUT origina-se como um sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado:

[...] A CUT passou a se constituir como referência para a organização e as lutas da classe trabalhadora: pela filiação progressiva dos sindicatos à sua proposta, pelo papel exercido no debate político nacional; por fomentar e induzir jornadas de luta, mobilizações e greves gerais ao longo dos anos 1980 e por estar presente em todas as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores das cidades e do

campo ao longo dessa década; por participar ativamente da criação, três anos antes de sua fundação, do Partido dos Trabalhadores (PT) e, junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984” (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 242).

Como expusemos, após a abertura do período democrático, havia resquícios das políticas econômicas do período ditatorial. O custo da crise refletia sobre a classe trabalhadora, fazendo com que fosse necessário que o movimento sindical voltasse a ocupar posição de destaque no debate político nacional. A conjuntura econômica reforçou o fortalecimento organizacional dos trabalhadores. Assim, no Brasil, a década de 1980 foi um período de efervescência de lutas desenvolvidas pelas organizações sindicais e pelos movimentos sociais. Nesta década, o sindicalismo estava em seu melhor momento. Houve um grande movimento grevista, expandiu-se a sindicalização entre os trabalhadores, surgiram as centrais sindicais, a luta pela liberdade dos sindicatos em relação ao Estado avançou e constatou-se um aumento no número de sindicatos (Antunes, 1995, p. 134).

A pluralidade de centrais sindicais não significou, entretanto, uma divisão da filiação dos sindicatos equilibrada. Entre as várias siglas que surgiram desde 1983, foi a CUT aquela que conseguiu estabelecer-se como representativa pela adesão progressiva dos sindicatos à sua proposta. Participaram do Congresso de 1983, que fundou a central, 912 entidades. Em 1991, 1.300 entidades encontravam-se filiadas e aptas a participar do 4º Concut. Em 2000, a Cut possuía 3.088 entidades filiadas. A representatividade da Cut pode ser medida não apenas pelo número de filiações, mas também pelo papel representado por ela no debate político nacional e por sua capacidade de levar, ao longo dos anos de 1980, milhões de trabalhadores a jornadas de lutas e mobilizações, com destaque para as greves gerais (Mattos, 2009, p. 125).

Porém, como expusemos anteriormente (no capítulo II, itens 2.2, 2.2.1 e 2.3), a partir da década de 1990 iniciou-se, no Brasil, uma ofensiva de ordem econômica, política e ideológica, que obrigou o sindicalismo brasileiro a recuar. O neoliberalismo se instaurou nesse período trazendo impactos que implicaram no desmonte do Estado, realizando privatizações, abertura comercial e financeira, ampliando o poder privado sobre os direitos sociais e reduzindo a atuação do Estado na área social. As consequências trazidas pelas políticas neoliberais se concretizaram pelo aumento das

desigualdades e a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 244).

A luta de classes no Brasil foi afetada por essa ofensiva ideológica neoliberal, impactando de maneira significativa a organização sindical, especialmente a da CUT, como tratamos. A nova dinâmica social, econômica e política neoliberal fez com que o sindicalismo no Brasil recuasse. Ou seja, como explicitamos, a década de 1990 representou um período de retração para o sindicalismo brasileiro.

A contrarreforma do Estado, da década de 1990¹², alinhado com a tendência mundial, dificultaram o avanço e resistência do sindicalismo brasileiro. Como vimos, o sindicalismo da Força Sindical mostrou-se alinhado com a preservação da ordem. A CUT adota uma postura de afastamento de ideais socialistas e anticapitalistas, visando também a preservação da ordem (Antunes, 1995, p. 134-135).

As políticas de ajuste neoliberal, por meio das políticas de ajuste econômico, foram apresentadas pelo Estado e pelo capital como a única solução possível para a chamada “crise” brasileira. Essa crise foi tratada de forma a produzir consenso entre os trabalhadores, difundindo novos valores políticos e sociais que justificassem tanto a reestruturação produtiva quanto a redução dos mecanismos de proteção social. O contexto era de mudança ideológica, ou seja, tanto a estratégia do capital quanto a postura dos trabalhadores passaram a concentrar-se mais nas demandas econômicas imediatas do que na disputa por projetos amplos de sociedade. Dessa forma, suas propostas passaram a buscar, principalmente, a manutenção de direitos já conquistados. Como consequência, desenvolveu-se uma crise do sindicalismo de classe, marcada pela sua transformação em um sindicalismo de parceria, mais alinhado à lógica empresarial e menos voltado ao confronto e à construção de alternativas societárias (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 244).

Neste contexto, as transformações no mundo do trabalho e as ofensivas neoliberais sobre os direitos têm gerado impactos significativos sobre a classe

¹² Contrarreforma expressa na [...] privatizações em larga escala; redução drástica dos investimentos do Estado em políticas sociais; reforma administrativa (para reduzir os gastos com funcionários e implantar a lógica do “Estado mínimo”); reforma previdenciária (reduzindo direitos de seguridade dos trabalhadores); flexibilização da legislação trabalhista (Mattos, 2009, p. 131).

trabalhadora, muitas vezes em caráter regressivo. Paralelamente, observa-se uma crescente estratégia do Estado de cooptação das lideranças sindicais e populares, aproximando-as de suas políticas e, em certos casos, enfraquecendo a defesa dos interesses da própria classe.

A transformação da CUT nos anos 1990 não deve ser compreendida apenas pela vontade de suas lideranças nem somente pelas condições econômicas e políticas do período. A mudança resultou de uma combinação complexa entre disputas políticas internas e transformações estruturais da sociedade brasileira e das dinâmicas capitalistas naquele contexto¹³ (Boito Jr., 1999, p. 199-201).

As dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo no que tange à queda de sindicalização, a redução de greves e a adoção de posturas mais moderadas, fazem parte de uma tendência internacional. O enfraquecimento do sindicalismo se deve ao fato de uma ofensiva neoliberal em escala internacional, ou seja, tal enfraquecimento não pode ser explicado apenas por mudanças internas na composição da classe trabalhadora, mas deve ser entendido como resultado de transformações estruturais do capitalismo internacional associadas ao avanço do neoliberalismo e às suas consequências econômicas e políticas (Boito Jr., 1999, p. 204).

A criação de outras centrais, como a Força Sindical, pressionou a CUT a disputar espaços institucionais e a adotar estratégias mais pragmáticas. Internamente, isso contribuiu para o enfraquecimento de correntes mais à esquerda dentro da central. No contexto internacional, o fim do bloco soviético no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 provocou uma crise ideológica nas correntes de esquerda do movimento sindical, que perderam referências teóricas e políticas, enquanto crescia a influência de modelos mais moderados e reformistas (Boito Jr., 1999, p. 216-218).

O neoliberalismo não se fortaleceu apenas por decisões econômicas ou políticas tomadas pelos governos, mas também porque conseguiu conquistar apoio social e cultural. Isto é, as ideias neoliberais passaram a ser naturalizadas, como a valorização do mercado e das empresas privadas sendo símbolos de eficiência e progresso, e a crítica ao Estado e aos serviços públicos, apresentados como ineficientes e burocráticos. Além disso, sindicatos importantes passaram a aceitar certos princípios

¹³ Bem como a manutenção da estrutura sindical, como apontam Trópia e Mattos.

neoliberais, como privatizações, abertura econômica e flexibilização das relações de trabalho. Então, o neoliberalismo se consolidou no Brasil não apenas como um programa econômico, mas como uma visão de mundo capaz de influenciar o pensamento social e político de diferentes grupos da sociedade (Boito Jr., 1999, p. 218-220).

A partir da década de 1990, o neoliberalismo não apenas desconstruiu direitos, mas subverteu a percepção coletiva sobre eles. A desigualdade inerente à estrutura de direitos no Brasil serviu como terreno fértil para o discurso neoliberal. A fragmentação da classe trabalhadora enfraqueceu a solidariedade de classe o que fortaleceu as disputas entre a própria classe trabalhadora. Assim, o neoliberalismo brasileiro obteve êxito ao transformar direitos em focos de ressentimento social, desarticulando a resistência popular através da exacerbação das divisões internas da própria classe trabalhadora (Boito Jr., 1999, p. 226-228).

A hegemonia ideológica regressiva do neoliberalismo, que, numa inversão intrigante para o pensamento de esquerda, impõe sacrifícios em vez de fazer concessões às classes populares, e, por causa disso superficial, instável e baseada numa adesão meramente passiva e em torções ideológicas características, Na sua luta ideológica contra o neoliberalismo, a esquerda deve explorar essas fraquezas. A ideologia neoliberal penetra no meio popular através de recursos que, em muitos casos, contrariam seus próprios postulados - em vez da apologia aberta da desigualdade, a defesa aparente da igualdade acompanhada da crítica oportunista ao privilégio; em vez da apologia da liberdade individual e da eficiência econômica como fundamentos da defesa do mercado, a apresentação da melhoria das condições de vida dos trabalhadores como o motivo último do livre jogo da oferta e da procura. É possível aproveitar-se da propaganda neoliberal - por exemplo, da propaganda contra os "privilégios" - para retomá-la contra o próprio neoliberalismo. Esse tipo de operação tem alcance limitado, mas é um recurso que deve ser utilizado numa situação de defensiva e se trata de um recurso que explora uma vulnerabilidade da hegemonia neoliberal (Boito Jr., 1999, p. 229).

Segundo Galvão (2009, p. 180-182), reforçando o que tratamos no capítulo II, desde a década de 1990 a CUT passou por um processo de transformação que a aproximou de práticas mais voltadas à negociação e à busca de resultados concretos, característica associada ao chamado "sindicalismo cidadão"¹⁴. Apesar dessa mudança,

¹⁴ Boito chama de sindicalismo de participação no capítulo 2.

a central ainda mantinha uma postura crítica em relação às políticas neoliberais implementadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, promovendo mobilizações e ações de resistência. Essa postura de contradição, em que dotava práticas mais conciliadoras, mas ao mesmo tempo, continuava criticando as reformas econômicas do período, refletia disputas internas entre grupos minoritários - que se opunham ao neoliberalismo - e a corrente majoritária, mais favorável à negociação com governos e empresários. Por esse motivo, a CUT vivia um dilema entre manter sua postura crítica e adaptar-se às novas condições políticas e econômicas.

Assim, a década de 1990 foi marcada por uma divisão interna significativa na CUT. Com a eleição de Lula, esse cenário se altera. A CUT se aproxima do governo, o que contribui para sua acomodação institucional e para o aprofundamento de suas divisões internas. Nesse contexto, as diferenças entre a CUT e a Força Sindical diminuem na medida em que a CUT se torna mais governista e a Força Sindical encontra dificuldades para sustentar uma posição de oposição. Paralelamente, o movimento sindical se fragmenta ainda mais, com o surgimento de novas organizações (Galvão, 2009, p. 196-198).

Porém, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência em 2003, o processo de adaptação às novas dinâmicas do sindicalismo se acelerou de forma significativa (Mattos, 2009, p. 145).

Apesar das expectativas de mudanças progressivas com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, sua atuação inicial indicou continuidade com interesses tradicionais da classe dominante brasileira. Seu governo se alinhou com o grande capital, especialmente o setor financeiro, e com apoio de setores exportadores e do agronegócio. Seu governo se demonstrou como uma continuidade de práticas neoliberais iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (Mattos, 2009, p. 145).

A CUT adotou uma posição conciliatória apoiando a lógica geral da reforma previdenciária em 2003, apesar de críticas pontuais. Seguiram propostas de reformas sindicais e universitárias, a fim de flexibilizar leis trabalhistas e reduzir direitos adquiridos. Com essa postura da direção da CUT, muitos militantes se desfilaram e buscaram criar novos instrumentos de organização, menos alinhados à lógica de conciliação com o governo e ao apoio às reformas neoliberais (Mattos, 2009, p. 148).

Porém, com a chegada do governo Lula a perspectiva crítica perde força. A atuação governamental do PT incorpora-se nas reformas do mercado, e a proximidade entre a corrente sindical dominante na CUT e a principal tendência do PT contribuiu para uma convergência de ideias, levando à aceitação de elementos associados ao pensamento neoliberal.

Nessa direção, para Braga (2025, p. 192-193), a vitória de Lula para a presidência em 2002 representou uma mudança significativa na relação entre os sindicatos e o Estado brasileiro. Muitos dirigentes sindicais passaram a ocupar cargos importantes no governo federal, em empresas estatais e em fundos de pensão, ampliando sua influência sobre decisões econômicas e políticas. O Sindicato dos Bancários foi um dos principais responsáveis por fornecer quadros políticos para a administração de fundos de pensão e para cargos estratégicos ligados ao sistema financeiro. Dessa forma, parte da liderança sindical deixou de atuar exclusivamente na representação dos trabalhadores e passou a participar diretamente da gestão de recursos financeiros e de investimentos. Essa aproximação entre sindicalismo, Estado e mercado financeiro mudou o papel dos sindicatos, pois invés de priorizar apenas a defesa dos interesses dos trabalhadores, passaram a apoiar investimentos em grandes empresas, contribuindo para processos de concentração econômica e para mudanças organizacionais que afetam os trabalhadores, como a intensificação do ritmo de trabalho e a redução de postos administrativos. Portanto, o sindicalismo se tornou um agente de gestão e investimento do capital, reduzindo seu caráter tradicional de representação e luta dos trabalhadores e tornando-se uma peça importante do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Durante os dois primeiros governos Lula (2003-2010), a organização sindical brasileira apresentou particularidades marcadas pela crescente integração entre as principais centrais sindicais e o aparelho de Estado. A ascensão do PT ao governo, contribuiu para a consolidação de uma estratégia de conciliação de classes, na qual o sindicalismo foi gradativamente inserido a mecanismos institucionais de negociação e gestão das políticas públicas. Esse processo resultou em conquistas materiais pontuais, porém, o sindicalismo passou a priorizar a mediação institucional em

detrimento da luta de classes, favorecendo dinâmicas de burocratização e acomodação.

No contexto brasileiro, a atuação da CUT exemplifica essa dinâmica. Embora o sindicato desempenhe papéis de oposição pontual, sua participação na sustentação de políticas econômicas neoliberais durante o governo Lula pode ser parcialmente explicada pela ocupação de cargos de direção por sindicalistas no aparato estatal (Duriguetto, 2008, p. 17).

No Brasil, o posicionamento da CUT na defesa da condução da política econômica neoliberal do governo Lula e a adoção de ações pontuais de oposição pode, entre outros motivos, ser debitada à ocupação, por muitos sindicalistas cutistas, de cargos de direção no governo. Para Antunes (2004), a ascensão da representação dos trabalhadores nos órgãos estatais poderia ser considerado como um elemento de avanço dos direitos dos trabalhadores. No entanto, essa ascensão se efetiva com a dissolução dos vínculos desses representantes com os interesses da classe que se dizem representar. Um forte exemplo é a participação de vários dirigentes sindicais na gestão e nas diretorias dos fundos de pensão (criados pela contrarreforma da Previdência Social) bem como nos conselhos de administração das várias empresas em que tais fundos possuem ações. Ou seja, os representantes dos trabalhadores são indicados para representar setores do capital financeiro, convertendo-se em gestores dos interesses capitalistas (Duriguetto, 2007, p.17).

A partir disso, em 2003 com a contrarreforma da Previdência, embora a CUT tenha criticado alguns de seus aspectos, sua direção priorizou a negociação com o governo e evitou apoiar mobilizações mais intensas, como greves. Essa postura provocou insatisfação em parte de sua base sindical e ampliou tensões internas. Em diferentes momentos, a direção da CUT procurou conter movimentos grevistas, como ocorreu nas greves dos bancários em 2004 e 2006.

A partir de 2004 ao que tange à comemoração do Dia do Trabalhador, a CUT passou a promover grandes eventos festivos, com apresentações artísticas e forte patrocínio, reduzindo o espaço para manifestações políticas e reivindicatórias. Essa transformação foi criticada por grupos internos que defendiam a manutenção do caráter histórico e político da data (Galvão, 2009, p. 182-186).

Propostas de reforma sindical e trabalhista durante o governo de Lula provocaram mudanças significativas no movimento sindical brasileiro. Essas reformas geraram divergências entre diferentes correntes sindicais, especialmente em relação à

possível extinção da unicidade sindical e à redução das contribuições sindicais obrigatórias. Dentro da CUT, grupos minoritários criticavam a participação da central no Fórum Nacional do Trabalho e consideravam que as propostas fortaleceriam as lideranças sindicais, reduzindo a participação das bases. Além disso, acreditavam que essas mudanças poderiam facilitar futuras reformas trabalhistas que reduzissem direitos dos trabalhadores. Como consequência dessas divergências, diversas correntes e dirigentes deixaram a CUT.

Mais do que uma disputa quanto à melhor forma de organização sindical, que opõe defensores da unicidade sindical de um lado e seus críticos de outro, o surgimento de novas entidades sindicais foi fruto de uma disputa política entre diferentes concepções e práticas sindicais. Essa disputa diz respeito tanto à relação com o governo, quanto ao posicionamento perante as reformas (Galvão, 2009, p. 189-190)¹⁵.

Durante os anos 2000, o governo encontrou resistência tanto de setores da esquerda quanto dos defensores do sistema sindical existente. Então, o governo abandonou a proposta de uma reforma sindical ampla e optou por medidas mais limitadas, como o reconhecimento legal das centrais sindicais e a criação de um órgão responsável por discutir questões relacionadas à representação e ao financiamento dos sindicatos. Mas o que se percebe é a contradição na postura das centrais sindicais, pois ao passo em que defendiam publicamente o fim do imposto sindical obrigatório, ao mesmo tempo reivindicavam acesso a recursos provenientes dessa mesma contribuição para garantir sua manutenção financeira. Ou seja, existia uma diferença entre o discurso de autonomia sindical e a dependência prática de fontes de financiamento vinculadas ao Estado (Galvão, 2009, p. 190-192).

De acordo com Galvão (2009, p. 192), ainda que o discurso oficial defendesse o fortalecimento dos sindicatos antes da realização de uma reforma trabalhista, diversas alterações nas relações de trabalho foram implementadas de maneira gradual e sem amplo debate público. Portanto, o governo não interrompeu o processo de flexibilização

¹⁵ Correntes minoritárias contrárias a CUT se organizaram em novas entidades sindicais, são elas: Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao PSTU, participou da criação da Conlutas, que tinha por objetivo organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula. A Frente de Esquerda Socialista (FES), ligados ao PSOL, criou a Intersindical por entender que a central deixou de ser um instrumento de organização e unificação do movimento sindical para ser um instrumento de colaboração e conciliação de classes (Galvão, 2009, p. 188-189).

das leis trabalhistas iniciado anteriormente. Pelo contrário, teria dado continuidade a esse processo, ainda que de forma menos intensa do que no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Mudanças legislativas limitaram a capacidade dos fiscais do trabalho de reconhecer vínculos empregatícios irregulares, transferindo essa responsabilidade para a Justiça do Trabalho, enfraquecendo a fiscalização. Mesmo que tenham sido criados espaços de negociação entre governo e servidores públicos, muitas reivindicações não foram efetivamente atendidas. As críticas políticas limitaram ao crescimento salarial do funcionalismo e propostas que limitavam o direito de greve, por meio da exigência de aviso prévio, manutenção de serviços considerados essenciais e possibilidade de substituição temporária dos grevistas.

Outra questão que gerou divisões no movimento sindical foi a criação de fundações públicas de direito privado para atuar em áreas como saúde, educação e cultura. Algumas organizações a consideravam uma ameaça à natureza pública desses serviços, enquanto outras a apoiavam por enxergarem possíveis ganhos de eficiência administrativa. E, por fim, o debate sobre uma nova reforma da previdência, que discutia o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para aposentadoria, reforçava as críticas de alguns setores sindicais ao governo (Galvão, 2009, p. 193-194).

Segundo a autora, essas medidas provocaram “insatisfação entre os dirigentes sindicais, inclusive por parte de setores tradicionalmente próximos do PT”. E indaga se o descontentamento evidencia e/ou possibilita o revigoramento do movimento sindical.

No momento, podemos apenas destacar que as centrais fizeram uma primeira manifestação conjunta no dia 23 de maio de 2007, contra a retirada de direitos (intitulada: “Nenhum direito a menos, só direitos a mais”), que contou com a participação da CUT, inclusive das forças que dela saíram, e das demais centrais sindicais (Galvão, 2009, p. 194-195).

Entre 2003-2010 houve uma redução da desigualdade de renda entre os trabalhadores brasileiros. Entretanto, esse avanço apresentou limites, o mercado de trabalho continuou gerando predominantemente empregos de baixa qualificação e baixa remuneração. Além disso, as condições de trabalho teriam se tornado mais

precárias, evidenciadas pelo aumento da rotatividade, da flexibilização dos vínculos empregatícios. Nesse contexto, mesmo com os ganhos econômicos, persistiram insatisfação entre os trabalhadores, como salários baixos, maior endividamento das famílias e piora das condições de trabalho. Como consequência, os sindicatos passaram a enfrentar maiores dificuldades para conter as reivindicações de suas bases. Houve pressões para que o movimento sindical organizasse greves e paralisações, mesmo com lideranças sindicais alinhadas ao governo Lula não desejando gerar conflitos com o governo federal (Braga, 2025, p.198-199).

3.4 - Sindicalismo brasileiro sob alguns desafios da ação e da representação no tempo presente

O movimento sindical vem apresentando dificuldades desde 2015, período marcado por uma crise econômica e política que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Mesmo com mobilizações e protestos promovidos pelas centrais sindicais, não conseguiram impedir mudanças que afetaram os trabalhadores, como a ampliação da terceirização e a reforma trabalhista de 2017.

Durante o processo de *impeachment* da Dilma Rousseff, o movimento sindical brasileiro apresentou forte divisão política, enquanto organizações mais próximo à esquerda participaram de frentes que defendiam a permanência de Dilma no cargo, outras lideranças sindicais apoiaram o *impeachment*, houve ainda uma corrente minoritária que rejeitava tanto o governo Dilma quanto seus opositores. A partir disso, não houve grande mobilização das bases trabalhadoras em apoio a essas estratégias. Portanto, as centrais não conseguiram demonstrar de forma convincente para os trabalhadores que a defesa da democracia estava diretamente relacionada à preservação dos direitos sociais e trabalhistas.

Essa fragmentação permaneceu no início do governo de Michel Temer. Mesmo com o anúncio de medidas ofensivas aos direitos trabalhistas e sociais como reformas da previdência e da legislação trabalhista, algumas centrais sindicais acreditavam que ainda seria possível negociar com o governo e influenciar nas reformas, enquanto outras se recusavam a dialogar por considerarem Temer um governante sem

legitimidade política (Galvão, 2025, p. 207-208).

Diante desse cenário marcado por intensas medidas que afetam direitos dos trabalhadores e da redução dos espaços de diálogo entre governo e representantes sindicais, as centrais sindicais passaram a atuar de forma mais unificada. Ocorreram algumas manifestações contra essas medidas entre 2016 e 2017. Essas manifestações organizadas por sindicatos mais estruturados, não conseguiram mobilizar de maneira ampla o conjunto da classe trabalhadora, sobretudo os trabalhadores mais precarizados e informais, indicando uma limitação na capacidade de articulação política do sindicalismo contemporâneo (Galvão, 2025, p. 208-209).

O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi caracterizado pela continuidade e o aprofundamento de reformas iniciadas após 2016, representando um momento de enfraquecimento das organizações sindicais. O governo adotou uma postura contrária às formas de mobilização social e buscou ampliar a flexibilização das relações de trabalho. A Reforma da Previdência, aprovada em 2019, foi mais restritiva para os trabalhadores do que a proposta anterior do governo de Michel Temer. Diante disso, houve resistência por parte das centrais sindicais, promoveram manifestações, paralisações e uma greve geral em defesa da previdência pública. Essa mobilização contribuiu para impedir mudanças consideradas ainda mais profundas, ou seja, a atuação das centrais sindicais como forma de resistência a essas mudanças foi fator que limitou parte das propostas governamentais (Galvão, 2025, p. 210-211).

Durante o governo de Jair Bolsonaro, a situação dos sindicatos se agravou, quando organizações sindicais e movimentos sociais deixaram de ser reconhecidos como interlocutores legítimos do Estado e passaram a sofrer ataques políticos, econômicos e ideológicos. Como resposta, as centrais sindicais buscaram atuar de forma unificada, defendendo os direitos trabalhistas e a democracia. Contudo, essa estratégia encontrou dificuldades para mobilizar amplos setores da classe trabalhadora. O cenário encontrado no mercado de trabalho brasileiro, marcado pela informalidade, precarização, subemprego e baixa proteção social enfraqueceram a percepção da importância das políticas públicas, dos direitos sociais e da ação coletiva. Além de que muitos trabalhadores não se percebem como sujeitos de direitos aderindo valores associados à ideologia neoliberal, como a valorização das soluções individuais, a

competição entre indivíduos, redução dos laços de solidariedade entre trabalhadores e a desconfiança em relação ao papel do Estado (Galvão, 2025, p. 205-206).

A estrutura sindical, caracterizada pela organização por categorias profissionais, a unicidade sindical e, até 2017, a existência de contribuições obrigatórias contribuíram para a formação de um sindicalismo fragmentado e pouco conectado à sua base social. Ou seja, muitos sindicatos sobreviviam financeiramente sem depender diretamente da participação dos trabalhadores, a necessidade de ampliar a filiação e o engajamento era menor. Um ponto importante é que os sindicatos representam principalmente trabalhadores formais, especialmente do setor público e privado com carteira assinada. Trabalhadores informais, terceirizados, aqueles submetidos a formas precárias de contratação e desempregados permanecem distantes da representação sindical (Galvão, 2025, p. 206-207).

A pandemia de Covid-19 ocorreu em um contexto já marcado pela precarização do trabalho e pelo enfraquecimento sindical. As medidas adotadas pelo governo durante a crise sanitária reforçaram a flexibilização das relações de trabalho ao permitir alterações contratuais e negociações individuais entre empregadores e trabalhadores, reduzindo a participação dos sindicatos. Apesar disso, as entidades sindicais continuaram atuando na defesa do emprego, da renda e das condições de saúde dos trabalhadores, realizando negociações coletivas e adaptando suas formas de organização às restrições impostas pela pandemia.

Embora os sindicatos tenham se mostrado ativos durante esse período, enfrentaram limitações importantes. Muitas organizações permanecem concentradas em demandas específicas de suas categorias profissionais, sem ampliar suas lutas para questões mais gerais da classe trabalhadora (Galvão, p. 2012-2014).

Mesmo com as mudanças no mundo do trabalho pós a pandemia da Covid-19 - como o aumento da terceirização, das privatizações e das formas precárias de contratação - o número de greves no Brasil cresceu. Esse aumento ocorreu devido ao descumprimento de direitos trabalhistas e pelas condições de trabalho enfrentadas por trabalhadores terceirizados e empregados de empresas concessionárias de serviços públicos, que representaram a maior parte das paralisações no setor privado em 2023. O número de empregados no trabalho formal apresentou recuperação nos últimos

anos, especialmente em 2022 e 2023, alcançando o maior número de pessoas ocupadas da série histórica iniciada em 2012. Porém, esse aumento representa setores de serviços, comércio e administração pública. No entanto, a ampliação do emprego não foi acompanhada pelo fortalecimento da organização sindical (Torres, 2025, p. 220-221).

No primeiro ano do terceiro governo Lula (2023), há uma recuperação da atividade grevista. Foram registradas 1.132 greves, número superior ao de 2022, demonstrando uma retomada das mobilizações dos trabalhadores. O setor público foi responsável pela maior parte dessas paralisações, representando mais da metade dos registros e concentrando a maior quantidade de horas paradas. As principais reivindicações estavam relacionadas a questões salariais, indicando que as greves tiveram um caráter defensivo. As greves nesse período em sua maioria foram de curta duração, funcionando como mecanismo de pressão nas negociações e que em algum nível alcançaram sucesso em suas reivindicações (Torres, 2025, p. 219-220).

O sindicalismo brasileiro vem apresentando um grande enfraquecimento nos últimos anos. Os sindicatos têm encontrado dificuldades para representar e mobilizar os trabalhadores, especialmente os mais jovens, que não tem se identificado com as formas tradicionais de organização sindical. Ao mesmo tempo, outros espaços de participação coletiva, como movimentos sociais identitários e grupos religiosos, passaram a ocupar parte do papel que antes era desempenhado pelos sindicatos. As mudanças econômicas e sociais vêm contribuindo para esse cenário, como a expansão do trabalho precário, exemplificada pela chamada “uberização” do trabalho, e a difusão de valores associados ao neoliberalismo, que incentivam soluções individuais para problemas coletivos. O fim da contribuição sindical que reduziu ainda mais o número de trabalhadores sindicalizados, enfraqueceu ainda mais a capacidade de atuação dessas organizações. (Torres, 2025, p. 217-218).

Torres (2025, p. 219) analisa o ambiente político e social brasileiro, marcado pelo avanço de pautas consideradas conservadoras ou reacionárias, pela retirada de direitos trabalhistas, pela crise econômica, pela inflação e pelos impactos da pandemia de COVID-19. Cenário esse em que os sindicatos adotaram uma postura

predominantemente defensiva, concentrando seus esforços em resistir a perdas de direitos em vez de conquistar novos avanços para os trabalhadores.

Segundo Torres (2025, p. 221-222), embora mais pessoas estejam empregadas, a taxa de sindicalização caiu de forma significativa ao longo da última década, sobretudo após a Reforma Trabalhista de 2017. Esse cenário indica um enfraquecimento da representação sindical, já que um número cada vez menor de trabalhadores está filiado a sindicatos, inclusive entre aqueles com maior nível de escolaridade. Há uma questão da persistência das desigualdades no mercado de trabalho, trabalhadores negros enfrentam maiores taxas de desemprego e informalidade quando comparados aos não negros. Além disso, mulheres negras apresentam os maiores índices de trabalho informal, o que reforça que as desigualdades de raça, etnia e gênero são elementos centrais para compreender a realidade do trabalho no Brasil.

Outra análise apontada por Torres (2025, p. 222) é a quantidade de centrais sindicais existentes no Brasil, no total de 13. Embora existam diversas centrais sindicais reconhecidas oficialmente, o número de trabalhadores sindicalizados continua diminuindo. O que revela uma fragmentação do movimento sindical e um distanciamento entre suas lideranças e a base de trabalhadores. E propõe a defesa da unificação das centrais sindicais em torno de um projeto classista, democrático e independente, capaz de enfrentar os desafios impostos pelas novas formas de trabalho, pela precarização crescente e pelas desigualdades de gênero, raça, etnia e geração, sem abandonar a perspectiva da unidade da classe trabalhadora.

Nessa mesma direção, as questões e perguntas que Antunes explicitou há décadas relativas aos dilemas da CUT continuam atuais e desafiantes:

No campo que se reconhece como socialista e anticapitalista no interior da Central Única dos Trabalhadores, as dificuldades também são enormes. Como é possível resistir a uma onda tão intensa? Como é possível elaborar um programa econômico alternativo que incorpore os milhões de trabalhadores que não participam do mercado e que vivem da miséria da economia informal? Como é possível gestar um novo modelo econômico que elimine definitivamente a superexploração do trabalho, que particulariza o capitalismo industrial brasileiro, cujo salário mínimo é degradante? Quais são os contornos básicos desse modelo econômico alternativo cuja lógica deverá iniciar a desmontagem do padrão de acumulação capitalista vigente no país? Como é possível pensar numa ação que não impeça o avanço tecnológico, mas o faça

em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvida em nosso país? Como é possível um caminho alternativo que recupere valores socialistas originais, verdadeiramente emancipadores? Que não aceite uma globalização e uma integração impostas pela lógica do capital, integradora para fora e desintegradora para dentro? Como é possível hoje articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade para além do capital, mas que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano de ser que vive do trabalho? Em outras palavras, como superar um caminho meramente doutrinário e buscar a difícil e imprescindível articulação entre os interesses imediatos e uma ação estratégica, de longo prazo, de clara conformação anticapitalista? Estes são, como pode perceber, desafios enormes (Antunes, 1995, p.136).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento do sindicalismo brasileiro está diretamente ligado ao processo inicial de industrialização do país e à formação da classe trabalhadora urbana, fenômenos que ocorreram ainda em uma sociedade cuja base econômica continuava sendo a produção agrícola para exportação. Os sindicatos são fundamentais para a organização dos trabalhadores, mas são apenas uma parte do movimento operário. O movimento operário pode ser entendido de forma mais ampla, abrangendo diferentes formas de organização da classe trabalhadora, como partidos políticos, conselhos operários, comissões de fábrica e outros movimentos de caráter coletivo (Antunes, 2025, p. 225-226).

A classe operária brasileira tem uma particularidade, é necessário enfatizar isso. Ela não segue aquela trajetória da classe operária europeia que passou por relações artesanais, feudais, manufatureiras e pela grande indústria. Aqui saltamos do trabalho, escravizado para o trabalho assalariado. Nós não tivemos o artesanato medieval. Nós tivemos manufaturadas de pequeno e médio porte que depois se desenvolveram em indústrias de grande porte, como em São Paulo, Rio de Janeiro e algumas outras capitais que estavam mais conectadas com a economia agroexportadora cafeeira, a indústria gráfica o nascimento do setor bancário. Desse desenho da classe operária brasileira surgiu o sindicalismo (Antunes, 2025, p. 226).

As primeiras organizações sindicais no Brasil compartilhavam a compreensão de que a emancipação dos trabalhadores não poderia ser alcançada dentro dos limites do capitalismo. Por isso, defendiam um projeto de transformação social mais amplo. Nesse sentido, o sindicalismo deveria atuar não só como instrumento de negociação, mas também como força política capaz de promover mudanças estruturais. E esse é desafio do sindicalismo atual, manter um projeto político que vá além das reivindicações imediatas por melhores salários e condições de trabalho (Antunes, 2025, p. 232-233).

Na década de 1980, havia uma forte identidade coletiva entre os trabalhadores, e pode ser compreendida como uma "década do coletivismo". A luta pela redemocratização criou condições para que os trabalhadores desenvolvessem uma consciência de classe mais forte, favorecendo a organização sindical e os movimentos

sociais. Entretanto, a partir da década de 1990, a reestruturação produtiva, a desindustrialização, a crise da dívida externa e as políticas neoliberais alteraram profundamente a composição da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, o PT e a CUT teriam passado por um processo de burocratização, afastando-se gradualmente das formas mais combativas de sindicalismo (Alves, 2025, p. 159-160).

O neoliberalismo foi tão nocivo para o mundo do trabalho (e do sindicalismo) no Brasil quanto a autocracia civil-militar instaurada depois da derrubada do governo João Goulart em 1964. O início da era neoliberal marcou o processo complexo de ofensiva do capital e de reposição capitalista no Brasil [...] Esta perspectiva histórico-crítica é fundamental e necessária caso queiramos pensar o sindicalismo brasileiro a partir de um processo histórico mais amplo para que possamos entender como chegamos até aqui, incluindo - por exemplo - a chegada de Jair Bolsonaro ao governo em 2018. Isso é importante para termos uma perspectiva de futuro (Alves, 2025, p. 161).

A consolidação do neoliberalismo no Brasil enfraqueceu significativamente a capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora. Nos últimos anos, políticas neoliberais ampliaram o poder do capital reduzindo a força dos sindicatos. Além da redução da capacidade de obter conquistas salariais e trabalhistas, os sindicatos também perderam sua capacidade de formular projetos políticos mais amplos voltados para os interesses da classe trabalhadora.

A abertura da economia brasileira ao mercado internacional e a reestruturação produtiva, levaram a profundas mudanças na organização do trabalho, afetando especialmente os setores mais organizados da classe trabalhadora, enfraquecendo sindicatos e formas coletivas de mobilização. O poder do capital não se impôs apenas por meio de decisões políticas, mas também pela lógica do mercado, que reorganizou as relações de trabalho e a vida social. Como consequência, grupos e identidades coletivas construídos ao longo das lutas trabalhistas foram desestruturados, dando lugar a relações sociais mais individualizadas. Cabe destacar que os meios de comunicação desempenharam um papel importante nesse processo ao difundir valores associados ao neoliberalismo. Isto é, foi construído o discurso de que o indivíduo passa a compreender a si mesmo principalmente como responsável pelo próprio sucesso ou fracasso, valorizando a competição, o empreendedorismo e a autonomia individual em detrimento da ação coletiva. Portanto, o neoliberalismo não apenas modificou a

economia, mas também alterou profundamente a cultura política e a forma como a população passou a compreender a sociedade, a cidadania e as relações de trabalho (Alves, 2025, p. 162-163).

Durante a ascensão do neoliberalismo, o poder econômico passou a exercer uma influência cada vez maior sobre a política e as ideologias. Partidos tradicionalmente ligados aos trabalhadores e às pautas sociais, como o Partido dos Trabalhadores (PT), e organizações sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), sofreram transformações em sua atuação política. Pode-se dizer também que a crise do sindicalismo se deu a partir da crise da representação política da classe trabalhadora.

O dismantelamento da consciência de classe, o processo de 'dessubjetivação de classe' e a formação do sujeito neoliberal foram a estratégia bem-sucedida do neoliberalismo a partir de 1990. A ofensiva do capital, ou seja, o neoliberalismo, não se limita apenas à economia e à política, mas também se estende à ideologia neoliberal e à manipulação da subjetividade, resultando na desarticulação de coletivos e perspectivas de classe, alimentando assim o processo de transformação política e sindical que contribuiu para a crise da subjetivação de classe (Alves, 2025, p. 164).

O capitalismo brasileiro passou por mudanças estruturais importantes, como a desindustrialização e a expansão da sociedade de serviços, fazendo com que ocorresse uma mudança na composição das classes sociais, incluindo a própria burguesia e, principalmente, a classe trabalhadora. A partir disso, o sindicalismo tradicional entrou em crise, pois não consegue mais responder adequadamente às novas formas de organização do trabalho. A captura da subjetividade do trabalho enfraqueceu a consciência de classe e transformou lideranças sindicais, que antes tinham uma postura mais combativa, em burocratas integrados ao sistema de negociação com o capital. O que se percebe, portanto, é o enfraquecimento tanto material quanto simbólico da identidade coletiva do proletariado e isso intensificou o desemprego, a terceirização, a abertura econômica e a desindustrialização, que fragmentam a classe trabalhadora (Alves, 2025, p. 165).

Segundo Alves (2025, p. 166-167), o sindicalismo, em sua forma mais comum, tende a se limitar a reivindicações imediatas e econômicas, como negociações salariais

e condições de trabalho. Essa atuação, embora importante, é insuficiente diante da complexidade do capitalismo atual. É necessário o movimento sindical assumir uma atuação política mais ampla voltada à construção de uma hegemonia cultural e ideológica. Hoje vemos a ausência de um “partido político de classe” capaz de articular uma dimensão política mais ampla. Os partidos existentes, incluindo o Partido dos Trabalhadores (PT), estão presos à lógica eleitoral, sem avançar de forma consistente na disputa pela construção de um outro projeto societário. O capitalismo atual se encontra numa lógica “manipulatória”, ou seja, sua atuação está sob a subjetividade dos trabalhadores, buscando enfraquecer a identidade coletiva de classe.

A crítica deve ir além das mudanças estruturais do capitalismo neoliberal no Brasil, devem ser consideradas as transformações na consciência e na experiência vivida dos trabalhadores. Novas formas de subjetividade são marcadas por um contexto social degradado no qual a percepção coletiva do trabalho e da classe se fragmenta e se deteriora. Essa transformação subjetiva ajuda a explicar a perda de coesão e identidade coletiva. Isso está ligado ao enfraquecimento do sindicalismo no Brasil contemporâneo (Alves, 2025. p. 167-168).

É inegável que ocorreram mudanças objetivas na estrutura da classe trabalhadora, incluindo a diluição das bases sindicais devido a reestruturação produtiva, tanto no aspecto tecnológico quanto geográfico, o aumento do desemprego e o surgimento de um ambiente de trabalho novo e precário. No entanto, diante da investida do capital, foi feita uma escolha política meramente reativa, incapaz de enfrentar estrategicamente o avanço do capital. Na realidade, o sindicalismo fez o possível dentro das limitações impostas pela estrutura sindical. No entanto, o abandono da luta de classes foi uma escolha política. O privilegiamento de estratégias neocorporativistas também foi uma escolha política. O afastamento das bases sindicais e da classe trabalhadora, a renúncia à formação sindical e política em prol da formação profissional e do discurso de mercado, tudo isso foi uma escolha política (Alves, 2025, p. 168).

Nos governos do PT (2003-2014), muitos dirigentes sindicais passaram a ocupar cargos no Estado e acreditavam que a classe trabalhadora havia conquistado maior influência política. Essa percepção foi reforçada por políticas de valorização do salário mínimo e pelo fortalecimento das negociações coletivas, que possibilitaram ganhos salariais para diversos trabalhadores. Entretanto, o sindicalismo priorizou a participação

nos espaços de poder em vez de fortalecer uma mobilização social mais ampla e independente. A partir disso, o PT abandonou gradualmente uma política baseada na luta de classes e se adaptou às exigências do Estado neoliberal (Alves, 2025, p. 168-169).

De acordo com Alves (2025, p. 169-170), durante os governos de Lula e Dilma a crise do sindicalismo ficou parcialmente encoberta porque as ações se concentravam em aspectos institucionais e econômicos, deixando em segundo plano uma dimensão subjetiva - a mudança na forma como os trabalhadores percebem a si mesmos e sua relação com o trabalho. Ao mesmo tempo, a lógica neoliberal enfraquecia a consciência coletiva dos trabalhadores e fortalecia valores individualistas, reduzindo a identificação com a ação sindical. Mas a partir de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff e a adoção de medidas como a terceirização ampliada e a Reforma Trabalhista de 2017, a fragilidade dos sindicatos tornou-se mais visível. Os sindicatos reduziram ainda mais seu poder de negociação e enfraqueceram suas bases de sustentação financeira. Além da crescente desindustrialização, o aumento do desemprego, da informalidade, do trabalho precário e a participação de atividades de serviços, nas quais a tradição de organização sindical é mais frágil, dificulta a organização coletiva dos trabalhadores. Outro ponto importante é o aumento do número de sindicatos sendo que ao mesmo tempo a sindicalização diminuiu. Isso é explicado pela manutenção de uma estrutura sindical burocrática que, durante anos, teve acesso a recursos provenientes das contribuições sindicais, mas que não teve capacidade de mobilização dos trabalhadores. O autor também destaca problemas internos do movimento sindical, como o envelhecimento das lideranças, a falta de renovação da militância e o pouco investimento na formação política e ideológica de novos quadros. Esses desafios têm se agravado diante das mudanças tecnológicas e do crescimento de formas de trabalho flexibilizadas e "uberizadas", que tornam mais difícil a construção de identidades coletivas e a organização sindical tradicional.

Uma das tarefas que devem ser incorporadas pelo sindicalismo atual é a necessidade de compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho nos últimos anos e fortalecer sua capacidade de representar os diversos segmentos do trabalho contemporâneo. A classe trabalhadora contemporânea é muito mais

diversificada do que a tradicional figura do operário industrial, ou seja, em seu sentido mais amplo atualmente ela engloba trabalhadores de serviços, empregados de plataformas digitais, trabalhadores informais, intermitentes, precarizados e desempregados. Portanto, devem ter em seu horizonte um projeto político de transformação social e uma compreensão ampliada da classe trabalhadora, capaz de incluir as novas formas de trabalho surgidas com as mudanças recentes do capitalismo (Antunes, 2025, p. 233).

A classe trabalhadora não pode ser entendida apenas pela posição econômica que ocupa, mas também por fatores como gênero, raça, etnia, geração e condição migratória. Nesse sentido, mulheres, negros, indígenas, imigrantes e pessoas LGBTQIA+ vivenciam formas específicas de exploração e opressão que precisam ser consideradas pelas organizações sindicais. Essas dimensões não substituem a análise de classe, mas a complementam e aprofundam. O sindicalismo deve ser mais democrático, participativo e baseado na auto-organização dos trabalhadores. Para isso, devem resgatar experiências históricas de organização de base, como as comissões de fábrica e os movimentos de oposição sindical que ocorreram no Brasil durante a ditadura militar (Antunes, 2025, p. 234).

Precisamos recuperar uma discussão típica do início do século XX, explorada pelo anarcossindicalismo e pelos socialistas e comunistas, que é a capacidade de auto-organização da classe. Sem isso, o futuro da classe trabalhadora estará comprometido diante da crescente violência e destruição da natureza e, no limite, do gênero humano (Antunes, 2025, p. 235).

Um outro desafio para o sindicalismo são as grandes corporações operando em escala global e organizando suas cadeias produtivas em diferentes países, enquanto muitos trabalhadores atuam em condições precárias, como autônomos ou "empreendedores", sem vínculos empregatícios formais. Isso dificulta a construção da consciência coletiva e fortalece valores individualistas. Por esta razão deve-se pensar em articulações sindicais internacionais capazes de enfrentar corporações globais. Sabemos portanto que os sindicatos continuarão existindo enquanto houver capitalismo, mas sua relevância política dependerá da capacidade de compreender as

novas características da classe trabalhadora e de promover formas amplas de organização coletiva (Antunes, 2025, p. 235).

O caminho que o sindicalismo brasileiro tem seguido mostra-se inconciliável, não há como construir respostas consistentes às demandas de uma classe trabalhadora fragilizada, desarticulada e constantemente atacada, ao mesmo tempo em que se busca atender aos interesses da ordem capitalista. Ou o sindicalismo mantém seu caráter de negociação dentro da ordem, ou promove ações que busquem novas formas de organização da classe trabalhadora para possibilitar o desenvolvimento da consciência de classe, e que tenha como objetivo não só o de atender as reivindicações imediatas, mas também que busque o rompimento da ordem social vigente.

REFERÊNCIAS

AGUENA, Paulo. **Apresentação**. In: AGUENA, Paulo (org.). *O marxismo e os sindicatos*. Coletânea de textos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p. 24-33.

ALVES, Giovanni. **A Crise do sindicalismo no Brasil neoliberal**: um balanço histórico-crítico. In: PERES, Gisele; PARISI, Maurício; TORRES, Michelangelo (org.). *Braços cruzados, punhos erguidos: análises histórico-sociológicas do sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2025. p. 159-179.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e sindicalismo no Brasil**: um balanço crítico da década neoliberal (1990-2000). *Rev. Sociologia e Política*, Curitiba, n.19, p. 71-94, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Alcances e Limites do Sindicalismo Brasileiro**: de sua origem ao limiar do século XXI. In: PERES, Gisele; PARISI, Maurício; TORRES, Michelangelo (org.). *Braços cruzados, punhos erguidos: análises histórico-sociológicas do sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2025. p. 225-235.

ANTUNES, Ricardo. **Mundo do trabalho e sindicatos na era da reestruturação produtiva: impasses e desafios no novo sindicalismo brasileiro**. In: ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Unicamp, 1995. p. 130-137.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo : Xamã, 1999.

BRAGA, Ruy. **Precariado e sindicalismo sob a hegemonia lulista**. In: PERES, Gisele; PARISI, Maurício; TORRES, Michelangelo (org.). *Braços cruzados, punhos erguidos: análises histórico-sociológicas do sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2025. p. 181-203.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe**. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*, Brasília, ano VIII, n. 16, p. 45-66, jul./dez. 2008.

ENGELS, Friedrich. **Abolição do sistema assalariado**. In: AGUENA, Paulo (org.). *O marxismo e os sindicatos*. Coletânea de textos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p. 81-83.

ENGELS, Friedrich. **Os Sindicatos**. In: AGUENA, Paulo (org.). *O marxismo e os sindicatos*. Coletânea de textos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p. 69-76.

ENGELS, Friedrich. **O Sistema de trabalho assalariado**. In: AGUENA, Paulo (org.). *O marxismo e os sindicatos*. Coletânea de textos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, p. 85-87.

GALVÃO, Andréia. **A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula**. *Outubro*, n. 18, p. 177-200, 2. sem., 2009.

GALVÃO, Andréia. **Os desafios do Sindicalismo diante do Golpe Parlamentar e do Neofacismo**. In: PERES, Gisele; PARISI, Maurício; TORRES, Michelangelo (org.). *Braços cruzados, punhos erguidos: análises histórico-sociológicas do sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2025. p. 205-216.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. *Outubro*, n. 21, p. 81-97, 2. sem., 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Classes sociais e luta de classes**: a atualidade de um debate conceitual. *Revista em Pauta*, n. 20, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Edição Popular, 2009.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. Belo Horizonte: Biblioteca Básica, 2011.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PEÇANHA, Valéria Lopes. **Crise do sindicalismo e crise do capital**: análise crítica da luta sindical em defesa do trabalho na ordem capitalista. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. **Passado, presente e tendências para o futuro das lutas sindicais no Brasil**. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 166-175, jan./abr. 2022.

TORRES, Michelangelo. **Greves ocorridas em 2023 no Brasil - como atuaram os sindicatos no primeiro ano do governo Lula?** In: PERES, Gisele; PARISI, Maurício; TORRES, Michelangelo (org.). *Braços cruzados, punhos erguidos: análises histórico-sociológicas do sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2025. p. 217-224.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **A montagem da estrutura sindical corporativa no Brasil e a atualidade da crítica ao sindicalismo populista**. In: PERES, Gisele; PARISI, Maurício; TORRES, Michelangelo (org.). *Braços cruzados, punhos erguidos: análises histórico-sociológicas do sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2025. p. 93-110.